



Mestrado em Direito

CIÊNCIAS JURÍDICO-PRIVATÍSTICAS

Reflexão Crítica sobre o Regime Jurídico da Obrigação de Alimentos Devidos a Filhos Menores

Ana Manuela Aguiar Monteiro

M

2017



Reflexão Crítica sobre o Regime Jurídico da Obrigação de Alimentos Devidos a Filhos Menores

Ana Manuela Aguiar Monteiro

**Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Direito da Universidade do Porto
na área de especialização em Ciências Jurídico – Privatísticas**

Sob orientação da Ex.ma. Prof.^a Doutora Rute Teixeira Pedro

Setembro 2017

Agradecimentos:

Agradeço a vocês, meus pais, a quem tudo devo.

À Francisca e ao meu André por todo o apoio e compreensão.

Ao meu patrono e amigo, Adão Ferreira de Oliveira, por todas as palavras de incentivo.

Agradeço também toda a ajuda prestada pela minha orientadora de tese, sempre prestável e atenciosa, Ex.ma. Prof.^a Doutora Rute Teixeira Pedro.

Resumo:

Este trabalho tem como finalidade abordar o regime jurídico de alimentos devidos a filhos menores.

A criança é um ser frágil que necessita de proteção, primeiramente por parte dos seus progenitores e depois por parte da sociedade e do Estado (art. 69.º CRP).

Aos progenitores, compete o dever de assistência integrado nas responsabilidades parentais a que estão adstritos. São eles que devem prover o sustento do (s) filho(s), contribuindo para as despesas da vida do mesmo.

Proveniente deste poder-dever de assistência, e da necessidade de sustento por parte do menor, surge a obrigação de alimentos (art. 1878.º do CC).

Na verdade, os menores necessitam de crescer condignamente e ter um desenvolvimento saudável e, embora os jovens sejam cada vez mais instruídos, estão cada vez mais dependentes financeiramente dos progenitores.

Numa dicotomia de poderes-deveres dos pais em relação ao sustento dos filhos, tornou-se imperativo aprofundar desde que momento são devidos os alimentos e até quando devem estes ser prestados.

Neste trabalho propomo-nos estudar o Fundo de Garantia de Alimentos Devidos a Menores (Lei n.º 75/98, de 19 de Novembro, e DL n.º 164/99, de 13 de Maio). Atendendo aos inúmeros processos de incumprimentos das responsabilidades parentais no que respeita à obrigação de alimentos que dão entrada nos nossos tribunais, e considerando que a crise económica deixou uma grande quantidade de pais desempregados, o FGADM tornou-se uma importante ajuda social aos jovens desfavorecidos.

De modo a esclarecer algumas dúvidas de interpretação e de deixar mais elucidativo este instituto, o FGADM, a nossa reflexão foi centrada em questões de importante relevância jurídica. Algumas das questões dizem respeito à fixação da prestação de alimentos pelo fundo, ao limite quantitativo da prestação, ao momento da obrigação da prestação de alimentos atribuída pelo fundo e à cessação da obrigação do FGADM.

Palavras chave: Responsabilidades parentais, Obrigação de Alimentos, Menor, Maior, Fundo de Garantia de Alimentos Devidos a Filhos Menores.

Abstract:

This work aims to approach juridical regime of financial support to children. The child is a fragile human being who needs protection, firstly by his parents and then by the society and the State (art. 69.º CRP).

The parents have the duty to provide integrated assistance within parental responsibilities for which they are responsible. They are the ones, who must provide the child's support, contributing to the expenses of his/her own life.

From this power-duty of assistance and the necessity of sustenance to the child, it emerges the obligation of sustenance (art. 1878.º do CC).

In fact the minors (children) need to grow up properly and have a healthy development, and even though teenagers are more and more educated, they are more financially dependent on their parents.

So, in a dichotomy of power-duty of parents related to the children sustenance, it became imperative to deepen the reflection regarding the moment upon which sustenance is due to be provided.

In this work it is proposed to study the Guaranteed Sustenance to Minors Fund (Fundo de Garantia de Alimentos Devidos a Menores, ie FGADM) (Law n.º 75/98, 19th November, and Decree-Law n.º 164/99, 13th May). Due to several cases of noncompliance of parental responsibilities concerning the sustenance obligation which are presented in our Courts, and considering that economic crisis left a huge number of unemployed parents, the FGADM became an important social help to the disadvantaged youngsters.

So, in order to clarify some doubts of interpretation and be more elucidative, this institute, the FGADM, our exposition was centred in important questions of juridical relevance. Some of the questions are concerned to the fixation of a child's support by this fund, to the quantitative limit of support, to the moment upon which the support obligation given by the fund starts.

Key words: Parental Responsibilities, Sustenance Obligation, Child or Adult, Fund of Guarantee of sustenance due to Minor children.

Índice:

Siglas e Abreviaturas

Capítulo I - Introdução e delimitação do tema.....8

Capítulo II- As Responsabilidades Parentais e a Obrigação de Alimentos Devidos a Filhos

1	Responsabilidades Parentais	10
1.1	Considerações Gerais	10
1.2	Exercício das Responsabilidades Parentais	11
1.3	Evolução História	12
2	Conteúdo das Responsabilidades Parentais	13
2.1	Poder- Dever de Respeito	15
2.2	Poder-Dever de Auxílio.....	15
2.3	Poder dever de Representação	16
2.4	Poder-dever de Administração dos Bens dos Filhos Menores	17
2.5	Poder-Dever de Assistência.....	18
3	Alimentos Devidos a Filhos.....	19

Capítulo III- Alimentos Gravíticos

1.	Noção Geral de Alimentos Gravídicos	22
2.	Personalidade Jurídica do Nascituro	25
3.	Breve Referência ao estabelecimento da paternidade.....	30

Capítulo IV- Obrigação de Alimentos Devidos a Filhos Menores

1.	Características da Obrigação de Alimentos Devidos a Filhos Menores	331
1.1.	Variabilidade da Prestação	32
1.2.	Periodicidade	33
1.3.	Indisponibilidade, Irrenunciabilidade e Impenhorabilidade	33
1.4.	Exigibilidade.....	33
2.	Medida da Prestação de Alimentos	34

3. Modo e Lugar da Prestação de Alimentos	35
4. Alimentos Provisórios.....	36
5. Violação do Dever Alimentar	36
6. Cessação da Obrigac�o de Alimentos a Filhos Menores	37

Capítulo V- Intervenc o do Fundo de Garantia de Alimento Devidos a Menores

1. Generalidades.....	41
2. Requisitos para fixac�o de alimentos a cargo do FGADM.....	42
2.1 Residência do menor e do devedor originário.....	43
2.2 Menoridade do alimentado.....	43
2.3 Existência de uma sentença, e um incumprimento da presta�o de alimentos a filhos menores por parte do devedor originário.....	43
2.4 Impossibilidade de uma cobrança coerciva.....	45
2.5 Inexistência de rendimento líquido superior ao IAS por parte do alimentado, e apoios sociais	45
3. Limite quantitativo da presta�o;.....	46
4. Momento da obrigac�o de presta�o de alimentos pelo FGADM	49
5. Cessa�o da Obrigac�o do FGADM.....	52

Capítulo VI

Reflexões Conclusivas.....	54
Lista de Referências Bibliográfica.....	55

Lista de siglas e Abreviaturas:

Ac. - Acórdão

art. - Artigo

CC - Código Civil

Cfr. - Confrontar

CP - Código Penal

CPC - Código de Processo Civil

CRP - Constituição da República Portuguesa

Dec. Lei ou DL - Decreto Lei

DL - FGADM - Decreto Lei do Fundo de Garantia de Alimentos Devidos a Menores

FGADM - Fundo de Garantia de Alimentos Devidos a Menores

IAS - Indexante dos Apoios Sociais

L - FGADM - Lei do Fundo de Garantia de Alimentos Devidos a Menores

LPCJP - Lei da Proteção de Crianças e Jovens em Perigo - Lei n.º 147/99 de 1 de Setembro.

p. - Página

pp. - Páginas

ss. - Seguintes

STJ - Supremo Tribunal de Justiça

TRE - Tribunal de Relação de Évora

TRG - Tribunal da Relação de Guimarães

TRL - Tribunal da Relação de Lisboa

TRP - Tribunal da Relação do Porto

Capítulo I – Introdução e delimitação do tema

Esta tese é uma reflexão crítica do regime jurídico de alimentos devidos a filhos menores no ordenamento jurídico português

Abordaremos as Responsabilidades Parentais, dos pais em relação aos filhos e a poder-dever de respeito e obediência, auxílio, representação, administração dos bens dos filhos menores, e assistência.

Na figura de responsabilidades parentais, são objetos de tratamento, além dos poderes-deveres a que os pais estão incumbidos, a representação dos filhos enquanto menores e a administração dos seus bens, tendo como principal objetivo o interesse dos filhos (art. 1878.º do CC).

Seguidamente, refletiremos sobre os alimentos gravídicos e a sua importância para o nosso sistema jurídico. Entre uma discussão de definição de conceito e a reflexão da personalidade jurídica do nascituro, percebemos se é importante a introdução ou não deste instituto no nosso ordenamento jurídico.

A exploração com mais detalhe vai para o capítulo IV onde iremos abordar a obrigação de alimentos devidos a filhos menores. É importante perceber qual a real definição de alimentos e a sua abrangência.

Não podíamos deixar de caracterizar a figura jurídica de alimentos provisórios e fazer uma menção à violação do dever alimentar. Por fim, as causas cessação da obrigação de alimentos a filhos menores.

Como quinto capítulo atenderemos à Intervenção do Fundo de Garantia de Alimentos Devidos a Menores. As questões jurídicas abordadas prendem-se com os requisitos para a fixação de alimentos, o limite quantitativo da prestação de alimentos, o momento da obrigação de prestação de alimentos e a cessação da obrigação do Fundo de Garantia de Alimentos Devidos a Menores.

De modo a finalizar, conducente ao tema apresentado, dediquei umas breves reflexões conclusivas, no último e VI capítulo deste trabalho.

Capítulo II – As Responsabilidades Parentais e a Obrigação de Alimentos Devidos a Filhos

1 Responsabilidades Parentais

1.1 Considerações Gerais

“O ser humano, sendo ser em si mas também com os outros e para os outros é ser familiar. A família não é uma criação da sociedade e muito menos do direito, mas é ela que segrega, no seu campo específico, um certo tipo de sociedade e um certo tipo de direito. É a família que humaniza o ser humano, que permite a sua sobrevivência, fazendo a ponte para o ser com os outros através da demonstração do Amor.”¹

O legislador português em nenhuma norma define a noção de família, apenas vai dando algumas indicações, nomeadamente quando esclarece o que considera por “família” no artigo 1487.º do Código Civil. É o art. 1576.º do CC que nos refere quais são as relações jurídico familiares que o nosso ordenamento jurídico civil reconhece. São elas: a relação matrimonial (o casamento definido no art. 1577.º do CC), a relação de parentesco (art. 1578.º e ss. do CC), a relação de afinidade (art. 1585.º do CC) a relação de adoção (art. 1586.º do CC)².

A reflexão crítica que me propus fazer diz respeito a um dos efeitos de uma espécie de relação jurídica familiar de parentesco. Para determinar as gerações que vinculam um parente ao outro o nosso ordenamento jurídico estabelece que cada geração forma um grau, e uma série de graus constitui uma linha de parentesco. Os progenitores e os filhos estão ligados pelo parentesco em primeiro grau na linha reta.

O instituto da filiação é um instituto jurídico que se baseia em larga medida na verdade biológica. No caso da mãe, a filiação resulta do nascimento da criança. No caso do pai, a filiação presume-se em relação ao marido da mãe, e nos casos fora do casamento, estabelece-se por reconhecimento, segundo o art. 1796.º do CC³.

¹DIOGO LEITE DE CAMPOS, E MÓNICA MARTINEZ DE CAMPOS, “Comunidade Familiar”, in *Textos de Direito da Família para Francisco Pereira Coelho*, e com a coordenação de Guilherme de Oliveira, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2016, p. 10.

² Discute-se o carácter exaustivo do elenco enunciado no art. 1576.º do CC. A questão ganha relevo, em particular, no que concerne à união de facto. A sua qualificação como relação familiar e o assento constitucional da respetiva proteção tem sido discutida. FRANCISCO PEREIRA COELHO, E GUILHERME DE OLIVEIRA, *Curso de Direito da Família*, Volume I, Coimbra, Coimbra Editora, 6ª Ed., 2016, pp. 60 e ss.

³Sobre o estabelecimento da filiação, vide FRANCISCO PEREIRA COELHO, E GUILHERME DE OLIVEIRA, *Curso De Direito da Família*, Volume II, Tomo I, Coimbra, Coimbra Editora, 2006. pp. 49 e ss. Para o direito de filiação comporta relevância princípios constitucionais como o direito a constituir família (art. 36.º n.º 1 da CRP); o direito a casar e constituir família independentemente de raça, nacionalidade ou religião (Declaração Universal dos Direitos do Homem no seu art. 16.º n.º 2); direito a contrair casamento e constituir família mediante plena comunhão de vida (art. 1577.º do CC). Para os autores Francisco Pereira Coelho e Guilherme de Oliveira, o art. 1577.º do CC distingue família de casamento no sentido que afirmam ser realidades diferentes, pois a par da família

Como sabemos, os menores são abrangidos por uma incapacidade geral consagrada no art. 123.º do CC, ressalvando as exceções do art. 127.º do CC.

A incapacidade do menor é suprida pelo instituto da representação. *“Os meios de suprimento de incapacidade dos menores, através da representação, são em primeira linha o poder paternal, e subsidiariamente a tutela...ou regime de administração de bens.”*

Compete aos pais velar pelos interesses dos filhos e representa-los. Senão vejamos: a titularidade das responsabilidades parentais pertence aos progenitores vivos. Apenas no caso da adoção dos filhos, os pais vivos perdem a titularidade das responsabilidades parentais em relação aos mesmos. Mesmo quando um dos progenitores fica inibido do exercício das responsabilidades parentais não perde a sua titularidade.

Na verdade, os destinatários das responsabilidades parentais são os filhos menores dotados de uma incapacidade de agir por menoridade⁴ e os não emancipados⁵. São os progenitores que intervêm conforme as necessidades de proteção.

1.2 Exercício das Responsabilidades Parentais

Quando os progenitores são casados (art. 1900.º CC) ou vivem em união de facto (art. 1911.º do CC) as **responsabilidades parentais** surgem num sistema de direitos e obrigações de proteção social, que os pais detêm em relação aos filhos. Estas responsabilidades são exercidas no seio da família.

conjugal surge a família natural. A par dos princípios já mencionados surgem a atribuição aos pais do poder-dever de educação dos filhos (art. 36.º n.º 5 CRP); a compete a direção da educação dos filhos (art. 1878.º n.º 1 CC) em cooperação com o Estado (art. 67.º n.º 2 al. c CRP); a inseparabilidade dos filhos dos seus progenitores (art. 36.º n.º 5 CRP, a não ser que exista decisão judicial no sentido inverso, art. 1915.º n.º 1 CC); a não discriminação entre filhos nascidos no casamento e fora dele (art. 36.º n.º 4 CRP). A lei não permite desfavorecimento de alguém que não nasceu na constância do matrimónio efetivando assim as condições de plena igualdade. Ainda a proteção da adoção como sendo uma fonte de relação jurídica familiar (art. 36.º n.º 7 da CRP e 1576.º CC) que pode ser plena ou restrita. A proteção da família (art. 67.º CRP), como *“elemento fundamental da sociedade”* que diz respeito à família conjugal, natural ou adotiva. Constitucionalmente está consagrado ainda a proteção da paternidade, da maternidade e da infância (art. 68.º e 69.º CRP). O Estado tem um papel importante nesta proteção destes princípios na medida em que concede infraestruturas essenciais para o desenvolvimento da criança. O Estado garante ainda segurança especial às crianças tendo em conta a sua fragilidade. *Vide* em maior detalhe esta questão, FRANCISCO PEREIRA COELHO, E GUILHEME DE OLIVEIRA, *Curso de Direito da Família*, cit., pp. 129 e ss.

⁴O art. 122º do CC indica-nos que é menor quem ainda não tiver completado dezoito anos de idade e consequentemente, maior quem já tiver completado os dezoito anos. *Vide* em maior detalhe esta questão, ROSA MARTINS, *Menoridade (In)Capacidade e Cuidado Parental*, Coimbra Editora, Coimbra, 2008. pp. 13 e ss.

⁵Aquele que nunca consegue atingir a capacidade de exercício de direitos seja pela via da interdição (art. 138.º CC) ou pela via da inabilitação (art. 152.º do CC).

As responsabilidades parentais⁶ são exercidas por ambos, em princípio, num exercício conjunto⁷, não só na vigência do casamento e na constância da união de facto (art. 1901.º e art. 1911.º, n.º 1 do CC), mas também, em egra, quando essas relações entre os progenitores cessam, de facto ou de direito (art. 1906.º, e 1911.º, n.º 2).

As responsabilidades parentais podem, contudo, ser atribuídas a uma terceira pessoa que não um dos pais. Esta atribuição ocorre sempre por decisão judicial (art. 1907.º do CC).

Quando os progenitores são divorciados, não casados ou separados judicialmente de pessoas e bens o filho é confiado a um dos progenitores, mantendo ambos os progenitores a titularidade das responsabilidades parentais (art. 1906.º n.º 6 do CC).⁸

Quando os pais estão em desacordo quanto ao modo de exercício das responsabilidades parentais quanto a questões de particular importância, os progenitores podem recorrer ao tribunal para examinar a questão e assim obter uma resposta ao diferendo.

1.3 Evolução História

Nem sempre a expressão utilizada pelo nosso legislador foi a mais feliz. Antes da designação “responsabilidades parentais”, a expressão utilizada era “o poder paternal”. Esta expressão teve a sua origem no direito romano com a *patria potestas* que atribuía ao pai de família, o *pater-famílias* amplos poderes no seio da vida familiar (incluía não apenas a sua família nuclear, mas todo o grupo).

O ordenamento jurídico português⁹ (com o Código de Seabra no ano de 1867) não foi diferente no que concerne à ideia do *chefe de família*, a quem era atribuído entre outros poderes, o poder paternal. Entre nós, a figura foi durante décadas caracterizada por uma autoridade paterna que dirigia a vida familiar. A este conceito de poder paternal, estavam ligados o dever

⁶ Como nos refere o acórdão do Tribunal da Relação do Porto de 29 de Novembro de 2006, no ponto primeiro do seu sumário, o poder paternal cabe a ambos os pais. Quando um dos pais praticar um ato que integre as responsabilidades parentais presume-se que age de acordo com o outro. Para atos de particular importância, é necessário o consentimento dos dois (art. 1902.º do CC). Cfr. Ac. TRP 29/11/2016. Processo n.º 0636408. Relator: José Ferraz. <http://www.dgsi.pt/jtrp.nsf/d1d5ce625d24df5380257583004ee7d7/611205f8d25ba0d38025725a00448356?OpenDocument>.

⁷Cfr. Ac. TRL 28/06/2012. Processo n.º 33/12.4TBBRR.L1-8. Relator: Ana Luísa Geraldes. <http://www.dgsi.pt/jtrl.nsf/33182fc732316039802565fa00497eec/13acf4ed1395b8c480257a680032cd79?OpenDocument>

⁸JORGE DUARTE PINHEIRO, *O Direito da Família Contemporâneo*, Lisboa, AAFDL Editora, 4ª Ed., 2015. p. 307.

⁹HUGO MANUEL LEITE RODRIGUES, *Questões de Particular Importância no Exercício das Responsabilidades Parentais*, Coimbra Editora, 1ª Ed., 2011, pp. 17 a 29.

de guarda, manutenção, educação, assim como o dever de representação e administração dos bens dos filhos menores.

Em 1910, pouco depois da proclamação da República surge a primeira lei do divórcio (Decreto de 3 de novembro de 1910, publicado em diário do Governo n.º 26, de 4/11/1910). Admitido o divórcio, prevê-se que quando o mesmo fosse decretado, o marido deixaria de ser o chefe de família.

Já em 1966 com o Código Civil, manteve-se o conceito de “poder paternal” envolto na figura autoritária paterna, onde era o marido, *chefe de família*, que tomava todas as decisões. A mulher apenas tinha o dever de cuidar dos filhos.

Em 1976 entra em vigor a Constituição da República Portuguesa (substituindo a CRP de 1933). Desta feita e para uma melhor conformidade com o Código Civil, foi publicado o DL n.º 496/77 que veio reformular o papel dos pais, colocando-os num patamar de igualdade. Com a mesma reforma ficou consagrada a não discriminação de filhos nascidos fora do casamento, foram alargadas as inibições das responsabilidades parentais, e foi reconhecida alguma autonomia ao filho menor.

Recentemente, a Lei n.º 61/2008 de 31 de outubro¹⁰ que, alterando o regime jurídico do divórcio, vem modificar o regime das responsabilidades parentais. A expressão de “poder paternal” foi substituída para “responsabilidades parentais”, e esta terminologia vem trazer a ideia de responsabilidades dos pais em relação aos filhos. Estas responsabilidades comportam um conjunto de poderes-deveres que os pais devem exercer até ao momento em que o menor atinge a maioridade, tendo em conta que a relação vai perdendo densidade à medida que os filhos crescem.

2 Conteúdo das Responsabilidades Parentais

As responsabilidades parentais são, segundo Rosa Martins, apresentadas como um “*complexo de poderes- deveres atribuídos e impostos pela lei a ambos os progenitores*”.¹¹

A ideia fulcral destas responsabilidades é a representação do filho enquanto menor. Como menor carecido de capacidade para o exercício de direitos, são os pais que devem suprir essa

¹⁰Lei n.º 61/2008, de 31 de outubro que alterou o regime jurídico do divórcio, (Diário da República. – S. 1 n.º 212 (31 outubro 2008)). Com esta lei não é apenas o Código Civil que sofre alterações em cerca de trinta artigos.

¹¹ROSA MARTINS, “As Responsabilidades Parentais no séc. XXI: a tensão entre o Direito de Proteção da Criança e a função educativa”, in *Lex Familiae* - Revista Portuguesa de Direito da Família, Ano 5, n.º 10, 2008. p. 36.

incapacidade e proteger os interesses dos filhos, assumindo uma panóplia de poderes-deveres relativamente ao filho menor.

Para Eduardo Sá, entre pais e filhos, a relação assenta “*num conjunto de poderes e deveres em que o seu exercício pode apresentar fases de natureza diferente: fases de autoridade, ...fases de protecção, ..., e fases educativas.*”¹²

Do ponto de vista de Cristina Dias “*estamos perante um conjunto de faculdades de conteúdo altruísta, exercido no interesse dos filhos e sob a vigilância da ordem jurídica, visando como objetivo principal a protecção e a promoção dos interesses do filho*”¹³ ... ”.

As responsabilidades parentais recaem em primeira linha sobre o núcleo familiar, sendo conjugado com a responsabilidade do Estado em assegurar a protecção da infância, princípio objeto de garantia constitucional (art. 69.º n.º 1)¹⁴. É também por causa da importância desta matéria que a família se encontra consagrada constitucionalmente como elemento fundamental da sociedade (art. 67.º n.º 1).

No momento atual, a consciência dos progenitores em proporcionar aos filhos um desenvolvimento harmónico e integral é cada vez maior. O desenvolvimento social e económico fez-se acompanhar por uma consciencialização do que efetivamente representam as responsabilidades parentais no seio da vida familiar. Os pais encontram, atualmente, garantias constitucionais, e estaduais que lhes permite assumir mais condignamente as responsabilidades parentais em relação aos seus filhos. Por isso, segundo a autora Rita Lobo Xavier: “*...no que diz respeito às responsabilidades parentais, somos, até agora, a melhor Civilização, estamos no melhor momento...*”¹⁵

A obrigação de alimentos a descendentes pelos pais (art. 2009.º n.º1 al. b) constitui um dos deveres emergentes das responsabilidades parentais (artigo 1878.º n.º 1 do CC). Assim, “*Compete aos pais, no interesse dos filhos, velar pela sua segurança e saúde destes, prover o seu sustento, dirigir a sua educação, representá-los, ainda que nascituros, e administrar os seus bens.*”.

¹²EDUARDO SÁ, “O Poder Paternal, in ”*Volume Comemorativo dos 10 anos do curso de pós-Graduação Protecção de Menores -Prof. Doutor F. M. Pereira Coelho*, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, Centro de Direito da Família, Coimbra Editora, 2008. p. 69.

¹³CRISTINA DIAS, “*A Criança como Sujeito de Direitos e o Poder de Correção*”, in *Julgar*, 4, Janeiro – Abril, 2008. pp. 90 e 91.

¹⁴O artigo 69.º, n.º 1 prevê que as crianças têm direito à protecção da sociedade e do Estado, com vista ao seu desenvolvimento integral, especialmente contra todas as formas de abandono, de discriminação e de opressão e contra o exercício abusivo da autoridade na família e nas demais instituições.

¹⁵RITA LOBO XAVIER, “As Responsabilidades Parentais no séc. XXI”, in *Lex Familiae*, Revista Portuguesa de Direito da Família, Ano 5, n.º 10, 2008. p. 17.

É indispensável assim uma viagem ao conteúdo das responsabilidades parentais assumidas pelos pais. Destacaremos o dever de assistência. No demais seremos breves, atendendo ao objeto do nosso trabalho.

2.1 Poder- Dever de Respeito

Os filhos devem respeito¹⁶ aos pais tal como os pais o devem aos filhos (art. 128.º e art. 1878.º n.º 1 e 2 do CC). Os pais devem educar os seus filhos como entenderem melhor, e a sua posição parental deve ser respeitada por estes. Pais e filhos devem-se mutuamente respeito. Os pais devem agir tendo como objetivo o superior interesse da criança¹⁷ (artigo 3.º da Convenção sobre os Direitos da Criança; artigo 4.º al. a da Lei da Proteção de Crianças e Jovens em Perigo - Lei n.º 147/99 de 1 de Setembro).

Contudo, há que ter em conta a autonomia do menor. Isto é, o menor deve ser conduzido tendo em conta a gradual capacidade que for detendo. Cada filho desenvolve com menor ou maior rapidez a sua personalidade, e à medida que vai crescendo, constrói as suas ideias, e formula as suas opiniões. É assim que o menor vai conseguir construir a sua autonomia e atingir a sua maturidade. Os pais devem ter em conta a opinião dos filhos, de acordo com a sua maturidade, e respeitar as suas decisões. Vão ser as suas próprias atitudes que os conduzirão à sua própria vida. Por isso, os pais não devem restringir a sua liberdade. O artigo 12.º da Convenção sobre os Direitos da Criança reconhece-lhes o direito a participar no processo de decisão das questões que lhe digam respeito.

2.2 Poder-Dever de Auxílio

Este poder-dever comporta um sentido alargado, corresponde ao “auxílio” elencado no art. 1874.º n.º 1 do CC na medida em que, segundo Jorge Duarte Pinheiro, “guarda”, diz respeito primeiramente a “*que o filho viva com os pais no mesmo lar, e que estes tenham a sua companhia*”¹⁸. Regra geral, os filhos não podem ser separados dos pais, sendo a habitação a

¹⁶O Crf. Ac. TRL 08/03/2012. Processo n.º 287/10.0TMPDL.L1-6. Relator: Maria de Deus Correia. <http://www.dgsi.pt/jtrl.nsf/e6e1f17fa82712ff80257583004e3ddc/435bd45e04afb72d802579c6003e6c1a?OpenDocument>

O acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, de 08 de Março de 2012 versa sobre o dever de respeito e a causa da sua cessação nos termos do disposto no art. 2013.º n.º 1 al.c do CC.

¹⁷Para uma definição de princípio do superior interesse da criança. vide, CATARINA DE ALBUQUERQUE, “Os Direitos da Criança em Portugal e no Mundo Globalizado - O Princípio do Interesse Superior da Criança”, in *Direitos das Crianças*, Ius Gentium Conimbrigae, Faculdade de Direito de Coimbra, Coimbra Editora, 2004. pp. 40 a 50. E ANABELA MIRANDA RODRIGUES “O Superior Interesse a Criança”, in *Estudos em Homenagem a Rui Epifânio*, Editora Almedina, 2010. pp. 35 a 41.

¹⁸JORGE DUARTE PINHEIRO, *O Direito da Família Contemporâneo*, ..., p.291.

mesma para ambos, “...salvo quando estes não cumpram os seus deveres fundamentais para com eles ...” artigo 36.º nº 6 da CRP.

Segundamente, o mesmo autor refere que “os pais velam pela segurança e saúde dos filhos”¹⁹. São os progenitores que têm como poder-dever o de zelar pelo bem-estar dos filhos, e proporcionar-lhes estabilidade e segurança de modo a que eles tenham um crescimento saudável, um desenvolvimento “harmónico integral”²⁰. Cabe neste poder-dever os cuidados de saúde, e a vigilância do filho na relação com terceiros.

Para outros autores como Rosa Martins o poder-dever de “guarda” é “ter o filho em sua companhia”²¹. Pode ser entendido como habitação, um lar.

Helena Boleiro e Paulo Guerra asseveram que “os pais devem manter o filho junto de si”²². Contudo nem sempre é possível os menores e progenitores terem o mesmo lar. E, sabendo da importância da convivência dos mesmos com os pais e irmãos, é do interesse do menor, desde que não o prejudique, o convívio com irmãos e ascendentes²³ (art. 1887.º - A do CC).

O acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra, de 26 de Fevereiro de 2008 faz alusão ao direito ao convívio do menor em relação a irmãos e ascendentes “*pelo que se pode entender tratar-se de um direito de convívio recíproco ou, se se quiser, de um direito de visita recíproco*”.

2.3 Poder dever de Representação

Ainda que nascituros, é da competência dos pais representar²⁴ os filhos, exercendo todos os direitos e cumprindo todas as obrigações (art. 1878.º n.º1 do CC). Segundo o acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra, datado de 16 de Março de 2004 no que concerne à representação: “*Atribui-se aos pais a representação legal do filho menor para, desse modo, se suprir a incapacidade de agir deste e, nessa qualidade, praticarem os necessários actos jurídicos em nome do filho*”.

¹⁹JORGE DUARTE PINHEIRO, *O Direito da Família Contemporâneo ...*, cit., p.291.

²⁰RITA LOBO XAVIER, *As Responsabilidades Parentais no séc. XXI ...*, cit., p.19.

²¹ROSA MARTINS, *A Menoridade, (In)Capacidade e o Cuidado Parental...*, cit., p. 196.

²²HELENA BOLEIRO e PAULO GUERRA, “A Criança e a Família – uma questão de direito (s), in *Visão Prática dos Principais Institutos do Direito da Família*”, 2.ª Ed., Coimbra Editora, 2014. p.160.

²³Crf. Ac. TRG 26/02/2008. Processo n.º 50031-B/2000.C1. Relator: Jaime Ferreira.

<http://www.dgsi.pt/jtrc.nsf/c3fb530030ea1c61802568d9005cd5bb/193b6f78057eb434802573fe00553209?OpenDocument>

²⁴Crf. Ac. TRC 16/03/2004. Processo n.º 38/04. Relator: António Piçarra. <http://www.dgsi.pt/jtrc.nsf/0/208301149d5fcfce80256e6a004d77b1?OpenDocument>

Trata-se de um “...*dever de proteção dos direitos naturais do filho, a exercer temporariamente e dentro de certos limites, e não um poder arbitrário e absoluto*”.²⁵

A incapacidade, como regra geral, é associada aos filhos que, enquanto crianças e adolescentes, que por si possuem pouca maturidade e baixa sagacidade. Por isso necessitam de ser representados pelos pais. Consequentemente, a menoridade acarreta um conjunto de incapacidades de gozo²⁶ específicas, uma incapacidade de exercício que abrange atos, tanto de natureza pessoal como patrimonial.

Em caso de incapacidade dos pais, ou no caso em que haja conflitos de interesses entre um progenitor e/ou o filho, são estes representados por um curador nomeado pelo tribunal, nos termos do art.1891.º n.º 2. O objetivo é os pais suprirem a incapacidade de agir deste, como nos consagra o art. 124.º do CC.

Existem atos em que os pais, por encargo da representação dos filhos menores necessitam da autorização do tribunal como modo de salvaguarda dos seus interesses, como quando se assumem obrigações a longo prazo e sejam extensíveis depois da maioridade, ou quando está em causa a aceitação ou repúdio de heranças do menor.

2.4 Poder-dever de Administração dos Bens dos Filhos Menores

No exercício dos poderes familiares, é o pai e a mãe que administram os bens dos filhos menores. Os progenitores devem diligenciar todos os atos necessários para cuidar dos bens dos filhos, zelar como de um bem seu se tratasse, como previsto no artigo 1897.º do CC.

Não é comum a sua administração ser questionada, nem serem interpelados para apresentar contas, por regra, os pais estão dispensados de prestar contas (art. 1899.º CC). Os pais também não são obrigados a prestar caução como administradores (1898.º nº1 CC).

Existem atos que os pais, mesmo que tenham como finalidade a boa administração, não podem praticar sem autorização do Ministério Público (art. 1889.º e art. 1892.º do CC). Esta autorização diz respeito a atos de grande relevância, como por exemplo atos de alienação ou oneração de bens que pode prejudicar o interesse do menor a longo prazo. Os atos praticados pelos pais sem autorização são anuláveis nos termos do art. 1893.º do CC.

²⁵ROSA MARTINS, *As Responsabilidades Parentais no séc. XXI ...*, cit., p.28.

²⁶ROSA MARTINS, *As Responsabilidades Parentais no séc. XXI ...*, cit., p.68. “É ainda de assinalar que a incapacidade de agir de tais sujeitos se encontra temporalmente definida: a referida incapacidade termina com a maioridade ou a emancipação, pelo casamento... tornando-se um sujeito plenamente capaz...”.

Este dever cessa com a emancipação, que decorre da maioridade (art. 1961.º al.a do CC), ou a quando da emancipação de pleno direito que decorre do casamento (art.132.º do CC). Logo depois da emancipação os pais devem entregar aos filhos os bens que representaram até então (art. 1900.º n.º 1 do CC).

2.5 Poder-Dever de Educação

Os progenitores detém o poder-dever de educar dos filhos de acordo com as suas possibilidades. Os pais devem proporcionar uma instrução geral e profissional adequada às necessidades de cada um (art. 1885.º do CC).

Os jovens são nos dias de hoje cada vez mais qualificados. Com um mercado de trabalho cada vez mais exigente e especializado, torna-se importante prosseguir os estudos, de modo a obter uma boa qualificação. A continuação dos estudos implica um acréscimo de despesa, e torna-se importante que os progenitores colaborem.

Na verdade, a prestação de alimentos a filhos foi alterada pela Lei n.º 122/2015 de 1 de Setembro. O progenitor obrigado/a a alimentos mantém-se obrigado depois da maioridade, até que o filho complete 25 anos de idade (art. 1880.º e 1905.º do CC).

Com a continuação dos estudos por parte do jovem é necessário um esforço financeiro complementar por parte dos seus progenitores. Mantém-se, para além da maioridade a obrigação de sustento dos pais em relação ao filho que ainda não tiver completado a sua formação.

2.6 Poder-Dever de Assistência

Contemplado no art. 1874.º n.º 2 do CC, o poder-dever de assistência manifesta-se num dever de contribuir para as despesas relativas à vida do filho.

Primeiramente há a referir que aos progenitores cabe o dever de providenciar o sustento dos filhos e colaborar nos encargos da vida familiar (art. 36.º n.º 5 da CRP), bem como assegurar as despesas que resultam da sua educação. Os pais devem proporcionar aos filhos um estilo de vida idêntico ao seu, em conformidade com as suas opções e possibilidades económicas.

É, também, da competência dos mesmos dirigir a educação dos filhos, optar pelo melhor início de vida académica, e definir quais as atividades em que o filho deve ou não estar inserido. Cabe-lhes ainda decidir qual a orientação religiosa que o filho, menor de 16 anos, deverá ter (art. 1886.º do CC).

Os pais devem prover ao filho uma habitação condigna, alimentação, vestuário, e o essencial para um desenvolvimento regular, assim como uma boa educação e instrução dentro do que lhes pareça ser mais apropriado.

Nos dias que correm é cada vez mais importante que os jovens sejam bem instruídos e portadores de uma adequada formação. Existem autores, como Jorge Duarte Pinheiro que autonomiza o poder-dever de dirigir a educação e lhe atribui determinada importância no sentido de que a “*educação prepara o filho para uma vida enquanto ser autónomo*”²⁷. O mesmo autor refere ainda o poder de educação. Relativamente ao exercício das responsabilidades parentais, no futuro, incidirão primordialmente, na função educativa, acompanhando assim a sua autonomia progressiva²⁸.

Do dever de assistência resulta também o dever de prestar alimentos pelo pai/mãe em relação ao filho. “*O direito a alimentos resulta directamente das responsabilidades parentais assumidas por ambos os progenitores, mais concretamente da obrigação dos progenitores de prover o sustento dos seus filhos (artigo 1878º do CC).*”²⁹

3 Alimentos Devidos a Filhos

Depois de uma breve referência às responsabilidades parentais, e de analisar particularmente os poderes-deveres que vinculam os detentores das responsabilidades parentais em relação aos menores, eis que se torna pertinente referir o conceito de alimentos a filhos, enquanto objeto de uma obrigação que constitui uma manifestação do dever de assistência a que os pais estão vinculados quanto aos filhos.

O direito da família prevê obrigações legais de alimentos, que são por isso, em princípio civis (quando um indivíduo, neste caso o devedor de alimentos, é obrigado a realizar uma determinada prestação pecuniária, a prestar alimentos). Os alimentos são obrigações de prestação de coisa ou de facto, que visam satisfazer o integral sustento.

Os alimentos devidos a filhos são classificados como legais (que resultam da lei). Constituem alimentos familiares, derivados do vínculo de parentesco. Esta relação vinculativa é composta por um sujeito passivo, o obrigado a prestar alimentos, e o sujeito ativo, o

²⁷JORGE DUARTE PINHEIRO, *O Direito da Família Contemporâneo ...*, cit., p.293.

²⁸JORGE DUARTE PINHEIRO, *A Tutela da Personalidade da Criança na Relação com os Pais*, in *Scientia Iuridica*, Tomo LXIV, 2015, n.º 338. P. 249 a 266.

²⁹FILIPA DANIELA RAMOS DE CARVALHO, *A (Síndrome De) Alienação Parental e o Exercício Das Responsabilidades Parentais: Algumas Considerações*, Coimbra Editora, 1ª Ed., 2011. p. 109.

alimentado. Apesar disso, as prestações devem ainda ser revestidas de natureza pessoal, cobertas de convívio e de um elo de ligação entre quem presta e quem recebe alimentos.

A origem de alimentos remonta ao direito romano onde o obrigado prestava alimentação, habitação e vestuário³⁰, o *pater-familias* providenciava os alimentos necessários ao sustento da esposa e filhos. No direito romano esta era uma obrigação legal recíproca de alimentos entre os descendentes e ascendentes³¹.

No nosso ordenamento jurídico, por influência do ordenamento castelhano, na Lei das Sete Partidas de Afonso X, Partida IV era referida a obrigação que os pais tinham em criar os filhos. A Partida VII referia-se a alimentos, como sendo uma obrigação dos pais em alimentar os filhos até estes constituírem a sua própria família³². Com as Ordenações Manuelinas e Filipinas, “os alimentos” aparecem no sentido de sustentar outrem. Marido e mulher, conjuntamente, tinham como obrigação sustentar e educar os filhos legítimos.

No Assento de 9 de abril de 1722, contém-se a afirmação de que cada indivíduo, por si só, deve sustentar a si mesmo, tendo como exceção os filhos. No mesmo Assento é feita a indicação de que os alimentos eram prestados enquanto os descendentes não conseguissem prover o seu próprio sustento. Estes alimentos eram prestados em dinheiro, espécies ou em frutos civis. Em 1930 o Decreto n.º 19 126, de 16 de dezembro, limitou a obrigação de alimentos até aos colaterais até ao sexto grau. No Código de Seabra (1967), era o pai, chefe de família, que dirigia e administrava todos os encargos da vida familiar e provia alimentos mínimos ou necessários aos alimentados, consoante a sua disponibilidade económica³³.

No atual Código Civil, o art. 2003.º define o que deve entender-se por alimentos, com referência a: sustento, habitação e vestuário.

Tendo em conta que o menor não cresce nem se desenvolve sozinho, e que precisa da família para se desenvolver, hoje, quanto à obrigação de alimentos devidos a filhos³⁴, acolhe-se o entendimento de que “alimentos” constituem uma prestação em dinheiro paga mensalmente ao

³⁰J. P. REMÉDIO MARQUES, *Algumas Notas Sobre Alimentos (Devidos a Menores)*, Coimbra Editora, 2ª Ed., 2007, p. 32 *Legatis alimentis cibaria et habitatio debetur, quia sine his na corpus non potes*.

³¹V. ARANGIO-RUIZ, *Instituzioni di diritto romano*, Napoli, 14ª Ed., 1978, *apud*, J. P. REMÉDIO MARQUES, *Algumas Notas Sobre Alimentos (Devidos a Menores)*, 2ª Ed., Coimbra Editora. p. 33.

³²J. P. REMÉDIO MARQUES, *Algumas Notas Sobre Alimentos (Devidos a Menores)* ..., cit., p. 34 e 35.

³³J. P. REMÉDIO MARQUES, *Algumas Notas Sobre Alimentos (Devidos a Menores)* ..., cit., p. 38.

³⁴Em Portugal, discutiu-se durante muito tempo se a obrigação de alimentos vigente durante a menoridade se mantinha automaticamente, se o filho não tivesse completado a sua formação no momento em que atingia a maioridade, ou se cessava, devendo o filho no caso referido propor, já maior, uma ação para obter alimentos, enquanto não cessasse a sua formação. Recentemente, a Lei n.º 122/2015, de 1 de Setembro, que altera o Código Civil no que respeita ao regime de alimentos aos filhos que mais á frente se vai pormenorizar.

alimentado como meio de garantir o que é indispensável ao sustento, habitação e vestuário, a instrução e educação do filho.

Para definição da medida dos alimentos é importante ter em conta os meios do devedor, que presta alimentos, e as necessidades do credor, o que recebe alimentos, de tal modo, que a medida dos alimentos varia consoante a necessidade de quem recebe e a capacidade de quem presta (art. 2003.º n.º1 e n.º2, art. 1878.º, e art. 1880.º do CC).

Há a refletir que nos tempos que correm a obrigação de alimentos não deve ser conduzida a satisfazer apenas as necessidades básicas. Deve antes ser dirigida às necessidades elencadas no art. 2003.º n.º1, como do n.º 2, no sentido de permitir uma vida social ativa em que o menor desenvolve dentro das oportunidades que lhe surgem as suas capacidades³⁵.

O “sustento, habitação e vestuário” é muito minimizador quando pensamos em tudo o que uma criança precisa para crescer em harmonia numa sociedade cada vez mais exigente a nível intelectual.

No conceito de alimentos, que me propus definir, integram-se os deveres de carácter patrimonial (alimentação, vestuário), mas também os de natureza pessoal (educar, fomentar o convívio). Contudo, efetivamente, estas prestações são revestidas de patrimonialidade uma vez que visam promover o sustento do filho, “...o dever de alimentar aos ascendentes resulta da obrigação, que lhes impôz a natuesas, de conservar e promover a felicidade daqueles...”³⁶

³⁵ANA LEAL, “Guia Prático da Obrigação de Alimentos”, Almedina Editora, 2ª Ed., 20014. A mesma prestação destina-se a fazer face a despesas como: “... passeios escolares etc., que atualmente fazem parte do trem de vida das pessoas” p.9 “...os tempos de diversão, com idas ao cinema, teatro, aquisição de livros e revistas, ou com o tempo de repouso, com o gozo de férias...” p. 9.

³⁶MANUEL ANTÓNIO COELHO DA ROCHA, *Instituições de Direito Civil Portuguez*, Tomo II, 6ª Ed., 1886. pág. 319.

III - Alimentos Gravídicos

1. Noção Geral de Alimentos Gravídicos

Segundo o artigo 1884.º n.º 2 do CC, o pai não unido pelo matrimónio à mãe do filho é obrigado a prestar alimentos a este desde o momento em que é estabelecida a paternidade³⁷. A mãe do nascituro, pode pedir os alimentos que lhe são devidos, em relação ao período de gravidez, assim como as despesas relativas ao primeiro ano de vida do filho.

Muitas vezes este pedido de alimentos é cumulado com a regulação do exercício das responsabilidades parentais como nos refere acórdão do Tribunal da Relação do Porto de 20 de outubro de 2014: *“Pretende que seja decretada a regulação das responsabilidades parentais...Cumulativamente, a requerente também pretende a condenação do requerido no pagamento de prestação que liquida, a título de alimentos para si própria, nos termos do artigo 1884.º do Código Civil.”*³⁸. No momento em que a mãe vai pedir alimentos, através de uma ação, o período gestacional já ocorreu. Por isso, no nosso ponto de vista, esta salvaguarda que o legislador consagrou no art. 1884.º surge tardiamente. Este mecanismo está revestido de um carácter quase indemnizatório, no sentido de ressarcir a mãe por tudo o que susteve durante o período temporal que se alonga durante a sua gravidez até ao primeiro ano de vida do filho. A mãe pode, cumulativamente na mesma ação pedir alimentos, solicitando uma indemnização relativa a todas as despesas sofridas e por danos morais resultantes do abandono durante o período correspondente à gravidez.

A referência ao carácter indemnizatório³⁹ prende-se com a possibilidade de a mãe peticionar um valor pelos danos sofridos durante a gravidez. A responsabilidade civil, neste caso, traduz-se na obrigação de reparar, à mãe, os danos sofridos pelo presumido pai.

O acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, de 15 de dezembro de 2016, discute a abrangência do pedido fundamentado no artigo 1884.º do CC. Nesta decisão, lê-se: *“Ora, in casu a A. reclama o pagamento das despesas que suportou no período de gravidez e bem assim,*

³⁷A paternidade estabelece-se após o nascimento da criança, através de um dos meios previstos no art. 1796.º n.º 2 e art. 1847.º do CC.

³⁸Cfr. Ac. TRP 20/10/2014. Processo n.º 1617/13.9TMPRT-A.P1. Relator: Correia Pinto.

<http://www.dgsi.pt/jtrp.nsf/56a6e7121657f91e80257cda00381fdf/5e2ad3b7c5b3d76380257d8000531438?OpenDocument>

³⁹No acórdão, melhor identificado na nota de rodapé n.º 38, na decisão recorrida revoga-se: *“a decisão do Tribunal de Família e de Menores do Porto, que não admitiria, em acção de regulação de responsabilidades parentais, a cumulação, pela mãe, de pedido de alimentos ao abrigo do art. n.º 1884.º do Código Civil, se entendeu que tal cumulação era possível e, para defender a competência material daquele tribunal para apreciar esse pedido, se defendeu uma interpretação “abrangente””*.

*relativamente à filha Leonor, durante o primeiro ano de vida desta. E, além disso, reclama indemnização pelos danos alegadamente sofridos em virtude da conduta do R. atinente aos factos em causa.”*⁴⁰.

Noutros casos, como por exemplo, no Acórdão da Relação de Lisboa de 15 de dezembro de 2016 o peticionado contempla apenas o pagamento de alimentos referentes ao período gestacional, deixando a regulação das responsabilidades parentais para outro processo: “... pagamento de alimentos referentes aos nove meses de gravidez da filha Leonor e ao primeiro ano de vida da filha, das despesas com a gravidez e o parto.”⁴¹

A proteção referida parece-nos insuficiente. Por isso, fomos colher ensinamentos à lei brasileira. A proteção que conferida aos nascituros vai mais longe, prevendo-se a figura dos alimentos gravídicos.

Alimentos gravídicos constituem um mecanismo da lei brasileira que tem como objetivo o fornecimento de uma verba de carácter alimentar para a proteção da gestante e/ou do nascituro no período de nove meses que antecede o nascimento da vida humana⁴².

É um instrumento do ordenamento jurídico brasileiro (Lei n.º 11.804 de 5 de novembro de 2008 que define como alimentos gravídicos os valores suficientes para cobrir as despesas adicionais do período de gravidez e que sejam dela decorrentes) que permite à gestante pedir alimentos ao pretenso pai do nascituro. Estes alimentos destinam-se a despesas referentes ao período de gravidez, tais como as que respeitam a uma alimentação mais específica, a suplementos vitamínicos, a assistência médica e psicológica, a exames complementares, bem como toda a preparação para o parto e nascimento do nascituro. Este mecanismo tem como finalidade providenciar ao nascituro todas as condições dignas para o seu desenvolvimento, mas, além disso, permite ao presumível pai participar na vida do filho, desde a sua gestação, desenvolvendo uma participação ativa na evolução do feto. Note-se que mais do que um apoio à gestante, num período de aproximadamente quarenta semanas, trata-se de uma ajuda financeira concretizada por alimentos a favor do nascituro.

⁴⁰Cfr. Ac. TRL 15/12/2016. Processo n.º 15544715.6T8SNT.L1-2. Relator: Jorge Leal.
<http://www.dgsi.pt/jtrl.nsf/33182fc732316039802565fa00497eec/b68faee992683550802580b10050484b?OpenDocument>

⁴¹Crf. Ac. TRL 15/12/2016. Processo n.º 25544/15.6T8SNT.L1-2. Relator: Jorge Leal.
<http://www.dgsi.pt/jtrl.nsf/33182fc732316039802565fa00497eec/b68faee992683550802580b10050484b?OpenDocument>

⁴²Para a autora Maria Berenice Dias seria mais correto usar a terminologia de *subsídios gestacionais*, uma vez que segundo a autora, ainda que não exista uma relação parental estabelecida, existe um dever jurídico, uma verdadeira função de amparo à gestante. MARIA BERENICE DIAS, *Manual de Direito das Famílias*, Editora Thomson Reuters Revista dos Tribunais, 9ª Ed., 2015. p. 560.

Para propositura da ação de alimentos gravídicos a legitimidade ativa pertence à gestante, que deve estar grávida, e intentando em seu nome a ação. É dado geralmente um prazo de cinco dias para o pretense pai poder responder, exercendo assim o seu direito de defesa (art. 2.º da Lei n.º 11.804/3008). Ao juiz compete a decisão, dependendo a procedência do pedido da existência de indícios de paternidade, não sendo necessário provar a necessidade de alimentos por parte da gestante. Caso esta não tenha condições de subsistência e lhe escasseiem os recursos económicos pode pedir em simultâneo, alimentos gravídicos e alimentos para si ao pretense pai do nascituro. Para fixar o montante da pensão de alimentos face à gestante, deve considerar-se capacidade económica de quem presta alimentos, e a necessidade de quem recebe.

O procedimento relativo aos alimentos gravídicos tem carácter cautelar no sentido em que a sua principal finalidade é a propositura de uma outra ação. Neste caso, o processo cautelar é o da concessão de alimentos gravídicos (em que prevalece a urgência do apoio à criança) e a ação principal é a ação de paternidade, em que se apurará a veracidade dos indícios de paternidade.

Com o nascimento do nascituro o processo não se extingue. A averiguação da paternidade continua, até porque, após o nascimento, torna-se mais fácil a realização de exames⁴³, e chegados a este ponto transforma-se num encargo a favor do recém-nascido.

Efetivamente, o alcance dos alimentos gravídicos é assegurar a defesa do estado gestacional e a proteção integral da criança, assim como o seu superior interesse.

No nosso ordenamento jurídico não existe este instituto de “*alimentos gravídicos*”. A lei é omissa quanto à proteção do período gestacional por parte do pai do nascituro. A gestante tem o zelo e o cuidado no período gestacional que a sua condição financeira lhe permite ter.

No entanto, na falta de um instrumento jurídico capaz de salvaguardar o interesse da mãe e consequentemente o interesse do nascituro, o Governo Português criou um programa pré-natal⁴⁴ (criado pelo DL n.º 308-A/2007 de 5 de setembro pelo Ministério do Trabalho e da Segurança Social) que permite à gestante usufruir de consultas e exames periódicos. Por intermédio deste programa a gestante pode ainda receber uma quantia em dinheiro, paga mensalmente, a partir

⁴³O exame mais utilizado em Portugal é o teste de ADN (**ácido desoxirribonucleico que é um composto orgânico cujas moléculas contém as instruções genéticas**), um exame não evasivo onde se compara o ADN do filho com o do pai. Nos casos em que o teste de paternidade é positivo (99,999%) está confirmada a paternidade (art. 1801.º CC refere que são admitidos meios de prova de filiação de sangue, e outros métodos desde que cientificamente comprovados).

⁴⁴“*Prestação atribuída à mulher grávida a partir da 13.ª semana de gestação, que visa incentivar a maternidade através da compensação dos encargos acrescidos durante o período de gravidez.*”
<http://www.seg-social.pt/abono-de-familia-pre-natal2>

da décima terceira semana, tendo o seu término no mês do nascimento. Este abono é atribuído mediante o nível de rendimentos de referência do agregado familiar.

Não existe nenhum mecanismo que obrigue a contribuição direta do presumível pai (enquanto não se estabelece a paternidade). Entendemos que o amparo institucional (assistência através de uma quantia paga mensalmente) durante a gravidez não pode, nem deve, substituir a obrigação dos progenitores. Não temos dúvidas sobre os mesmos recair uma obrigação natural, resultando de um dever de ordem moral ou social, corresponde a um dever de justiça, mas que não é exigível judicialmente (art. 402.º a 404.º do CC).⁴⁵ Julgamos que tal não é suficiente. Acreditamos que é necessária uma garantia concreta dos direitos dos nascituros: “...o ordenamento jurídico deve estar devidamente aparelhado, ensejando o indispensável suporte para garantia dos direitos do concebido, ou seja: o ordenamento jurídico deve dispor de instrumentos aptos a fazer valer imediatamente os direitos do concebido no período gestacional.”⁴⁶.

O direito é dinâmico, suscetível de alterações, devendo, por isso, acompanhar as necessidades dos novos tempos e de modo especial no direito da família acompanhando as novas famílias⁴⁷ e as suas necessidades.

2. Personalidade Jurídica do Nascituro

O ordenamento jurídico português determina que a personalidade jurídica se adquire no momento do nascimento completo e com vida (art. 66.º n.º 1 do CC), não havendo necessidade de outro tipo de reconhecimento: “A personalidade jurídica é uma simples consequência do facto de se ser pessoa.”⁴⁸

⁴⁵MÁRIO JULIO DE ALMEIDA COSTA, *Direito das Obrigações*, Revista e Actualizada, Almedina Editora, 12ª Ed., 2016. “As obrigações naturais constituem, assim, casos intermédios entre os puros deveres de ordem moral ou social e os deveres jurídicos. Os primeiros fundamentam liberdades, os últimos consubstanciam obrigações civis munidas de acção.” p. 175.

⁴⁶AGNALDO RODRIGUES PEREIRA, *Alimentos Gravídicos À Luz Das Legislações Brasileira E Portuguesa*, Chiado Editora, 1ª Ed., 2014. p.61.

⁴⁷Sobre a evolução do conceito de família, considerando a jurisprudência do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem, veja-se SUSANA ALMEIDA, *O Respeito Pela Vida (Privada E) Familiar Na Jurisprudência Do Tribunal Europeu Dos Direitos Do Homem: A Tutela Das Novas Formas De Família*, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, Centro do Direito da Família, 14, Coimbra Editora, 2008. pp. 155 e ss. As famílias são hoje monoparentais, recombinações ou pluralistas. O aumento significativo de divórcios nas últimas décadas deu origem a famílias constituídas por um só pai, ou uma só mãe. As adoções singulares cresceram drasticamente assim como a procriação medicamente assistidas. As famílias não são estáticas e as relações são muito pouco duradouras, o legislador deve estar atento às necessidades das novas famílias e ao superior interesse da criança.

⁴⁸CATARINA SANTOS BOTELHO, *Comentário ao Código Civil, Parte Geral*, Universidade Católica Portuguesa Editora, 2014. pp. 160 e ss.

A personalidade jurídica é muitas vezes confundível com a capacidade jurídica expresso no art. 67.º do CC. O primeiro conceito caracteriza-se por atribuir ao nascituro a suscetibilidade de ser titular de direitos e obrigações, e o segundo pela amplitude das relações jurídicas que o nascituro consegue abranger. A capacidade jurídica é frequentemente associada à capacidade genérica de gozo (sujeito ativo ou passivo em qualquer relação), *“atribuída a toda a pessoa jurídica (chamada regra da capacidade), que não pode renunciar a ela (art. 69º do CC)”*.⁴⁹

Os direitos de personalidade⁵⁰ (art. 70.º a 81.º do CC) surgem intrinsecamente com a aquisição da personalidade. Falamos de direitos inatos pertencentes ao adquirente de personalidade. A CRP, e o CC conjuntamente, reconhecem os mesmos direitos a todos os cidadãos nomeadamente: o direito à vida, à integridade física e moral, capacidade civil, e identidade pessoal, que *“...constituem um núcleo restrito que se impõe a qualquer ordem jurídica.”*⁵¹ A personalidade jurídica é uma qualidade atribuída pelo direito positivo a todas as pessoas, uma vez nascidas de forma completa e com vida.⁵²

*“Chamamos direitos de personalidade aos direitos que concedem ao sujeito um domínio sobre uma parte da sua própria esfera de personalidade.... Os direitos de personalidade distinguem-se, como direito privados especiais, do direito geral da personalidade, que consiste na pretensão geral, conferida pela ordem jurídica de valer como pessoa.”*⁵³

Segundo Heinrich Ewald Hörster, *“A aquisição da personalidade (art. 66º n.º 1) dá simultaneamente origem aos direitos de personalidade (art. 70º a 81º) na medida em que são direitos inatos, direitos originários. Eles pertencem à pessoa como manifestações da personalidade...”*.⁵⁴

O artigo 66.º do CC não define o que é personalidade jurídica⁵⁵. Os direitos que a lei reconhece aos nascituros dependem do seu nascimento, uma condição suspensiva de direitos eventuais⁵⁶.

⁴⁹ABÍLIO NETO, *Código Civil Anotado*, Lisboa, Ediforum Edições Jurídicas Lda, 18ª Ed., 2013. pp. 52 a 54.

⁵⁰J.J. GOMES CANOTILHO, *Direito Constitucional e a Teoria da Constituição*, Editora Almedina, 7ª Ed. p. 377 e ss.

⁵¹VIEIRA DE ANDRADE, *Os Direitos Fundamentais na Constituição Portuguesa de 1976*, Editora Almedina, 5ª Ed. p.19 e ss.

⁵²EVA DIAS COSTA e MÓNICA MARTÍNEZ DE CAMPOS, *A Proteção Ao Nascimento Na Constituição, Na Legislação Ordinária E Na Moderna Jurisprudência Portuguesa e Brasileira – Análise Comparativa*, in *Cadernos de Direito Actual* N.º 3, 2005. pp.117 a 135.

⁵³ANTÓNIO MENEZES CORDEIRO, *Tratado do Direito Civil Português*, I, Almedina Editora, pp. 373 e ss.

⁵⁴HEINRICH EWALD HÖRSTER, *A Parte Geral do Código Civil Português*, Teoria Geral Do Direito Civil, Lisboa, Editora Almedina, 2007. p. 304.

⁵⁵JOSE ALBERTO GONZÁLEZ, *Código Civil Anotado*, Volume I, Parte Geral (artigos 1.º a 396.º), Quid Juris Sociedade Editora, 2011. pp. 94 e 95. *“O ser humano é titular de um conjunto de direitos inerentes, inato e intangível: os chamados direitos de personalidade.”*

⁵⁶EVA DIAS COSTA e MÓNICA MARTÍNEZ DE CAMPOS, *A Análise Comparativa*, ..., cit., pp.126 e 127. *“Assim, seria correto afirmar que a teoria da personalidade condicionada é essencialmente natalista, portanto*

No que concerne à solução jurídica consagrada no n.º 1 trata-se de uma das matérias mais discutidas nos últimos tempos, em virtude do que muitos apelidam de *revolução ecográfica*⁵⁷. Por revolução ecográfica entendemos a existência de vida intra-uterina, a convicção que existe desde a concepção uma figura humana capaz de sentir dor e sofrimento.

A aquisição da personalidade está iminentemente ligada à vida, que existe ainda antes do nascimento completo e com vida do feto que ocorrerá quando ele se separa do ventre materno, sobrevivendo autonomamente. A biologia demonstra que, antes desse momento, cada embrião representa um ser, e que cada ser possui determinada carga genética própria que não é confundível com nenhuma outra.

Por oposição à biologia temos o nosso legislador, que assevera que o início da personalidade começa com o nascimento completo e com vida. Relativamente à discussão sobre o início da personalidade podemos trazer à colação vários acórdãos que versam sobre esta matéria. Entre eles o acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 3 de abril de 2014, que faz referência à proteção do nascituro, especificamente no respeitante aos danos não patrimoniais do mesmo, tratando-se, no caso, de um nascituro que ainda não tenha nascido quando o pai morreu no âmbito de um acidente de viação. Aí se pode ler que: *“o nascituro não é uma simples massa orgânica, uma parte do organismo da mãe...mas também um ser humano, com dignidade de pessoa humana. ... A proteção jurídica que a lei lhe dá não é apenas objetiva.”*⁵⁸

Não faz sentido, dois irmãos que perderam o progenitor tenham um tratamento diferenciado por parte por parte da nossa lei. No caso em apreço eram os dois filhos menores, um com 16 anos e outro ainda nascituro. Nas palavras do Ex.mo relator, Álvaro Rodrigues, *repugna ao mais elementar sentido de justiça – e viola o direito constitucional de igualdade- que dois irmãos, que sofrem a perda do mesmo progenitor, tenham tratamento jurídico diferenciado*. Perfilhamos das palavras do Ex.mo Relator e entendemos não fazer sentido o filho mais velho receber uma compensação por danos não patrimoniais, e o nascituro não ter direito à mesma nos mesmos termos. Ao nascituro deve ser atribuído uma indemnização com fundamento no art. 24.º n.º 1 da CRP que consagra o direito fundamental à vida. Como o próprio acórdão refere *“a questão não é pacífica, e dificilmente será obtido um entendimento uniforme”*. Em

tem como premissa a aquisição da personalidade apenas com o nascimento com vida. ... O nascimento com vida não será, dessa forma, o marco inicial para o alcance dos direitos patrimoniais. Apenas os consolida, na medida em que passa a se tornar perfeita a possibilidade de defende-los.”

⁵⁷JOSÉ ALBERTO GONZÁLEZ, *Código Civil Anotado...*, cit., p. 87.

⁵⁸Cfr. Ac. STJ 03/04/2014. Processo n.º 436/07.6TBVRL.P1.S1 Relator: Álvaro Rodrigues.

<http://www.dgsi.pt/jstj.nsf/954f0ce6ad9dd8b980256b5f003fa814/28aff17cdabb90e880257cb00034dcc2?OpenDocument>

contraposição, o art. 66.º n.º 1 do CC que indica o momento do nascimento completo e com vida como momento em que se poderá falar em sujeitos portadores de direitos e obrigações.

No mesmo sentido, o acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 09 de outubro de 2008 que coloca como um dos objetos de recurso o direito à vida do nascituro e o direito a ser indemnizado. Nas palavras do Tribunal: “*A lei protege os indivíduos contra qualquer ofensa ilícita (...) à sua personalidade física ou moral – não pode deixar de entender-se, até pela sua expressão literal (na sua referência a «indivíduos» e à «personalidade física ou moral»), como abrangendo os nascituros concebidos.*”⁵⁹

Como resulta do n.º 2 do art.º 66.º do CC, a lei reconhece direitos aos nascituros, mas os mesmos dependem do seu nascimento, momento a partir do qual, como já foi referido, se inicia a personalidade jurídica.⁶⁰

Os efeitos da personalidade no que concerne à situação dos nascituros e dos não concebidos são ténues. Como já anteriormente referimos, quanto expus sucintamente as responsabilidades parentais, mais precisamente no poder-dever de representação (*vide* ponto 2.3), compete aos pais, segundo o artigo 1878.º n.º 1 do CC⁶¹ o poder-dever de representação dos filhos. Os progenitores representam os filhos nascituros, que apesar de necessitados de representação⁶², são portadores de direitos que a lei reconhece. Se são suscetíveis de obter essa titularidade são também suscetíveis de obter personalidade.

Consequentemente, como sublinham Eva Dias Costa e Mónica Martínez de Campos, “*a melhor doutrina portuguesa vem defendendo que a ordem jurídica não pode negar o facto evidente de que, face à realidade biológica, o nascituro e a criança nascida são idênticos.*”⁶³

Existem autores, como Heinrich Ewald Hörster que, para além de afirmar que o momento da aquisição da personalidade se inicia com o nascimento, advertem que a ordem jurídica

⁵⁹Cfr. Ac. STJ 09/10/2008. Processo n.º 07B4692. Relator: Bettencourt de Faria. <http://www.dgsi.pt/jstj.nsf/954f0ce6ad9dd8b980256b5f003fa814/85c29156697c872d802574dd003e92dd?OpenDocument>

⁶⁰Cfr. Ac. TRC 29/01/2013. Processo n.º 457/04.9TBANS.C1. Relatora: Sílvia Pires. <http://www.dgsi.pt/jstj.nsf/954f0ce6ad9dd8b980256b5f003fa814/316b8b1aa4ca0b2a802572300043e88a?OpenDocument> A Ex.ma Relatora refere que “*A fixação do momento da aquisição da personalidade jurídica no acto de nascimento com a consequente exclusão dos nascituros da condição de pessoa jurídica, já remonta ao direito romano*”.

⁶¹Bem como no âmbito do direito sucessório, artigo 2033.º n.º 1 do CC que reconhece a capacidade sucessória a todas as pessoas nascidas ou concebidas ao tempo da abertura da sucessão. Ainda no campo sucessório, o artigo 2240.º n.º 2 do CC, no que concerne administração da herança do nascituro já concebido.

⁶²JOSÉ ALBERTO GONZÁLEZ, *Código Civil Anotado* ..., cit., pp. 88 e ss.

⁶³EVA DIAS COSTA e MÓNICA MARTÍNEZ DE CAMPOS, *A Análise Comparativa*, ..., cit., p. 121.

portuguesa não pode ignorar um facto biológico que é o período gestacional. Daí a opção por parte do nosso legislador em atribuir alguns direitos ao nascituro.

Segundo a Declaração Europeu dos Direitos do Homem, “*Todo o indivíduo tem direito à vida, à liberdade, e à segurança pessoal.*”⁶⁴. Esta garantia é dada também pela nossa Constituição da República Portuguesa que consagra precisamente, como primordial garantia, o direito à vida, direito condicionador de todos os outros. Da mesma forma a CRP⁶⁵ cataloga uma panóplia de direitos e deveres fundamentais consagrados nos artigos 12.º e seguintes da CRP. De ressaltar, para o tema em apreço, o artigo 24.º da CRP que prevê a inviolabilidade da vida humana. Se se defendesse um entendimento contrário violar-se-ia um princípio constitucional.

Na verdade, o nascituro goza de personalidade jurídica⁶⁶, e por consequência são-lhe reconhecidos direitos personalísticos. “*A personalidade é uma qualidade: a qualidade de ser pessoa. É uma qualidade que o Direito se limita a constatar e respeitar e que não pode ser ignorada ou recusada.*”⁶⁷

O nosso legislador entende que, embora a lei atribua alguns direitos ao nascituro, pois é facto inequívoco que está a ser formada uma pessoa (merecedora de proteção por parte do nosso ordenamento jurídico), não lhe admite imediata personalidade jurídica. Os seus direitos ficam em modo suspensivo até ao seu nascimento completo e com vida (art. 66.º n.º 2).

Em termos comparativos com a lei brasileira, e só para melhor entendimento da figura Alimentos Gravídicos, a mesma dispõe que: “*A personalidade civil da pessoa começa do nascimento com vida; mas a lei põe a salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro.*”⁶⁸ Na prática o concebido possui apenas uma personalidade jurídica parcial na medida em que é a gestante que representa os seus interesses e defende os seus direitos gerais.

⁶⁴Artigo 3.º da DUDH.

⁶⁵Não é só a CRP que elenca dos direitos fundamentais, em harmonia temos a DUDH que no seu artigo 12.º nos explicita qual é o âmbito e o sentido dos direitos fundamentais. Artigo 12º da CEDH consagra que: “*Ninguém sofrerá intromissões arbitrárias na sua vida privada, na sua família, no seu domicílio ou na sua correspondência, nem ataques à sua honra e reputação. Contra tais intromissões ou ataques toda a pessoa tem direito a protecção da lei.*”

⁶⁶“*Dando razão a esta ideia, a de que a identidade física do filho nascido é a mesma do filho nascituro enquanto encerrado no ventre materno e é desenvolvida de forma contínua e ininterrupta desde a concepção, a decisão portuguesa aderiu à melhor – ainda que minoritária – doutrina portuguesa, particularmente de CAMPOS, mas também de OTERO, CORDEIRO e ASCENÇÃO entre outros vinha rejeitando as teorias natalistas e dos direitos condicionados ou eventuais.*” EVA DIAS COSTA e MÓNICA MARTÍNEZ DE CAMPOS, *A Análise Comparativa*, ..., cit., pp. 131 e 132.

⁶⁷PEDRO PAIS DE VASCONCELOS, *Teoria Geral do Direito Civil Relatório*, Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Lisboa, Coimbra Editora, 2000. p. 99.

⁶⁸Artigo 2.º do novo Código Civil Brasileiro, Lei n.º 10.406/2002, de 10 de janeiro.

Na nossa opinião, o nascituro merece proteção. No entanto, o ordenamento jurídico português deve ser cauteloso e protetor da confiança dos cidadãos em relação à justiça e ao Estado.

Por isso, face à nossa exposição, parece-nos ser precipitado a previsão da exigência de uma prestação de alimentos àquele que será o pai da criança antes do estabelecimento da paternidade.

3. Breve Referência ao estabelecimento da paternidade

A maternidade é uma questão que não levanta tantas dúvidas quando se compara com a paternidade. Independentemente do estado civil em que se encontre, mãe é a mulher que carrega a criança durante aproximadamente quarenta semanas. É ela que vive o parto, sendo que daí resulta o nascimento, “*puro facto biológico*”.⁶⁹

Em relação à paternidade a questão não é tão linear, havendo que distinguir duas situações. A primeira relativa à hipótese de a mãe ser casada e de a criança nascer ou ser concebida na constância do seu casamento. Neste caso, funciona a presunção de que o pai do nascituro é o marido da mãe. Esta presunção assenta na grande probabilidade de o mesmo ser o pai do filho daquela mãe (art. 1826.º CC).

A paternidade presumida em relação ao pai, marido da mãe, no ordenamento jurídico português, funciona em relação ao filho concebido antes do casamento e nascido durante o matrimónio, filho nascido e concebido durante o casamento, e filho concebido no casamento e nascido depois do casamento.

Relativamente à hipótese em que não se aplique a presunção do art. 1826.º do CC, ou quando a mesma cesse, estabelecer-se-á por reconhecimento voluntário ou judicial.

No primeiro caso, de uma forma livre e voluntária (com vontade esclarecida), o progenitor pode, através da perfilhação, reconhecer a paternidade. A perfilhação é um ato jurídico unilateral e pessoal dado que deve ser praticado somente pelo próprio perfilhante (art. 1849.º do CC). Uma vez praticado o ato de perfilhar o mesmo não pode ser revogado (art. 1858.º do CC). No segundo caso, o reconhecimento realiza-se através de uma ação de investigação da paternidade, nos termos do art. 1869.º e s.s. e art. 1878.º do CC).

⁶⁹FRANCISCO PEREIRA COELHO e GUILHERME DE OLIVEIRA, *Curso de Direito da Família*, ..., cit., pp. 57 e ss.

Capítulo IV – Obrigação de Alimentos Devidos a Filhos Menores

1. Características da Obrigação de Alimentos Devidos a Filhos Menores

Por alimentos entende-se tudo o que é indispensável à vida do menor nomeadamente o sustento, habitação e vestuário. Como já referimos, também a instrução e educação são englobados no conceito de alimentos (art. 2003.º do CC). *“A obrigação legal de alimentos, que pretende assegurar um nível de vida minimamente digno ao alimentado, decorre do conteúdo do direito à vida e à sobrevivência- art. 24.º da CRP.”*⁷⁰

O dever de prestar alimentos a filhos menores diz respeito primeiramente aos pais deste decorrendo das suas responsabilidades parentais e dos poderes-deveres de auxílio e assistência a que se encontram obrigados. Os pais assumem um papel de primeiros responsáveis pelo sustento dos próprios filhos.

Esta obrigação de alimentos devidos a menores é uma manifestação da solidariedade familiar com vista ao *pleno desenvolvimento da família*.⁷¹ O dever de solidariedade entre pessoas unidas por vínculos familiares é patente, refletindo na lista de pessoas que o legislador consagrou como obrigadas a prestar alimentos (art. 2009.º n.º 1 do CC). A vinculação das pessoas obrigadas a alimentos nos termos do art. 2009.º do CC, é diferente da obrigação de alimentos decorrentes do poder-dever de assistência por parte dos pais em relação aos filhos decorrente da filiação biológica ou da adoção.

Tal como as prestações alimentícias também as responsabilidades parentais são irrenunciáveis. A obrigação alimentícia começa mesmo ainda durante a concepção e perdura até à maioridade ou até ao jovem terminar a sua formação profissional (com limite dos 25 anos de idade – art. 1905.º n.º 2).

Nos casos em que os progenitores são casados, não estando separados de facto, ou em que vivem em situação análoga à dos cônjuges, a obrigação de alimentos face aos filhos comuns não costuma levantar problemas: ambos contribuem para o sustento do filho contribuindo para os encargos da vida familiar. A necessidade de regulamentação da obrigação de alimentos surge nos casos em que os progenitores não vivem em condições análogas às do cônjuge ou em que a comunhão de vida marital é interrompida. Nestes casos a regulação é feita: *“...por acordo de*

⁷⁰MARIA AURORA VIEIRA DE OLIVEIRA, *Alimentos Devidos a Menores*..., cit., pp. 17 A 44. Veja-se RÚBEN RAMIÃO, *Projeções jusfundamentais do direito à alimentação*, in O Direito, Editora Almedina, ano 148º, 2016 II, pp. 395 a 444.

⁷¹J.P. REMÉDIO MARQUES, *Algumas Notas Sobre Alimentos*, ..., cit., pp. 10 a 30.

*ambos os pais, sujeito a homologação pelo tribunal, incidindo o mesmo designadamente sobre os alimentos devidos ao filho menor e a forma de os prestar, ou através do recurso a uma acção para regulação do exercício dessas responsabilidades... ”.*⁷².

Sempre com o primordial interesse do menor em vista, nos casos de divórcio, separação judicial de pessoas e bens, declaração de nulidade ou anulação de casamento, os alimentos devidos ao filho são regulados por acordo dos pais, sujeito a homologação. Nestes casos, o progenitor/a que não tenha a guarda deve contribuir para que o menor tenha o mesmo “*nível de vida de que a família gozava*”⁷³ antes da separação de modo a garantir ao menor as mesmas condições e oportunidades que teve até então.

1.1. Variabilidade da Prestação

A obrigação da prestação de alimentos reveste a característica da patrimonialidade. A correspondente prestação pecuniária⁷⁴ visa a satisfação dos interesses do menor, o que deve ser tido em conta na fixação do seu montante pecuniário.

Quando a prestação alimentícia é fixada, devem tomar-se em consideração os seguintes fatores: as necessidades do menor e as condições socioeconómicas do prestador. Contudo, as circunstâncias podem alterar-se.

A prestação de alimentos é suscetível de variar por se tratar de uma dívida de valor. Não é uma prestação pecuniária a que se aplique o princípio do nominalismo (art. 551.º e 2012.º do CC). Pode variar em função das necessidades do menor que, por norma, tendem a ser crescentes. Da mesma maneira, a situação do prestador, que não é sempre favorável a despendar a mesma quantia. Neste caso, para proceder à modificação da prestação, é necessário formular um pedido de alteração dos alimentos fixados (art. 2012.º do CC).

Para além da quantia determinada mensalmente o prestador de alimentos deve ainda contribuir para as despesas extraordinárias que o menor venha a ter como se contempla no acórdão do Tribunal da Relação do Porto (30/09/2014): “*É da responsabilidade de ambos os progenitores o pagamento de uma despesa extraordinária de saúde do menor (tratamento*

⁷²ANA SOFIA GOMES, *Responsabilidades Parentais*, ..., cit., p. 35.

⁷³MARIA CLARA SOTTOMAYOR, *Regulação do Exercício*..., cit., p. 360 e s.

⁷⁴Excecionalmente pode ser uma prestação em espécie (art. 2005.º, n.º 1 e n.º 2 do CC).

médico-dentário), não contemplada na fixação da pensão de alimentos.”⁷⁵. Estas despesas extraordinárias são variáveis, consoante a necessidade do menor.

1.2.Periodicidade

No que concerne às prestações de alimentos, estas são geralmente pagas mensalmente, existindo em cada mês uma obrigação que se renova no tempo (art. 2005.º do CC). A cada mês são renovadas as necessidades do menor assim como a obrigação de prestar alimentos.

1.3.Indisponibilidade, Irrenunciabilidade e Impenhorabilidade

O direito a alimentos devidos a menores é pessoal. Não se transmite, sendo indisponível: “*O direito a alimentos legais é intransmissível e irrenunciável. Não pode ser cedido nem renunciado (art. 2008.º, n.º 1, 1ª parte), porque os alimentos têm por fim a satisfação de necessidades irrenunciáveis, a conservação da vida, que é um direito inalienável.*”⁷⁶

Relativamente à característica de irrenunciabilidade, estamos perante um direito pessoal do alimentado. Este pode deixar de pedir alimentos ou renunciar às prestações vencidas como se prevê no art. 2008.º, n.º 1, 2ª parte. Embora o credor de alimentos possa, neste caso, dispor das prestações já vencidas, não o pode fazer relativamente a prestações futuras.

A cada dia o menor renova as suas necessidades e o prestador renova a sua obrigação, cessando a obrigação aquando da morte de um deles (art. 2013.º n.º 1 al. a).

O direito a alimentos devidos a menores é ainda irrenunciável (art. 2008.º do CC) e o seu crédito de alimentos é impenhorável (art. 2008.º n.º 2 do CC). Estamos perante um direito que não pode ser sujeito a penhora.

1.4.Exigibilidade

A prestação de alimentos é exigível após o trânsito em julgado da sentença que condena o (a) progenitor (a) no montante da prestação alimentícia.

Havendo fixação prevê-se um prazo para o cumprimento, pelo que os alimentos se vencem quando se vence o prazo (2006.º do CC). No caso em que não exista uma sentença, os mesmos

⁷⁵Cfr. Ac. TRP 30/09/2014. Processo n.º 191/08.2TMMTS-D.P1. Relator: Maria Amália Santos.
<http://www.dgsi.pt/jtrp.nsf/56a6e7121657f91e80257cda00381fdf/a21fdf65e090887d80257d87005adb23?OpenDocument>

⁷⁶ EDUARDO DOS SANTOS, *Direito da Família*, Coimbra, Almedina Editora, 1999. p. 643.

são devidos à data da propositura de uma providência cautelar de alimentos provisórios (art. 2007.º do CC).

2. Medida da Prestação de Alimentos

Existem critérios para o cálculo da prestação de alimentos a filhos menores baseados na possibilidade de quem presta alimentos e na necessidade de quem os recebe.⁷⁷ Como se prevê no art. 2004.º n.º 1 do CC, os alimentos serão proporcionais ao meio e à necessidade. A determinação da prestação terá de ser feita caso a caso, avaliando a situação concreta e analisando as necessidades em causa. Como nos refere o acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 19 de maio de 2011: “*Na fixação dos alimentos e no que diz respeito às necessidades do menor, deve ser ponderado nomeadamente a sua idade, estado de saúde, aptidões, estrato social e o nível social dos progenitores*”.⁷⁸

Inerente ao nascimento de um filho estão as responsabilidades parentais. É através do dever de sustento que se concretiza a obrigação de alimentos.

Deveriam ser os progenitores, amigavelmente, a assegurar um valor adequado e proporcional às necessidades do filho. Contudo, são raras as vezes que isso acontece e o valor acaba por ser debatido em tribunal, e desse modo cabe ao tribunal fixar o *quantum* de alimentos que o prestador tem de dispor ao alimentado. Como se refere no acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, datado de 03 de março de 2016: “*O tribunal deve proceder à fixação de alimentos a favor do menor, ainda que se desconheça no processo a concreta situação de vida de um dos progenitores obrigado a alimentos...*”⁷⁹.

Sempre que as condições económicas do prestador de alimentos se alterem, pode, através de uma ação de alteração das responsabilidades parentais pedir-se a redução ou aumento da prestação da obrigação. Mediante pedido tem de fazer prova da sua situação justificando devidamente as necessidades e possibilidades que se alteraram entretanto. Como se menciona no primeiro ponto do acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 03 de março de 2016: “*Se as*

⁷⁷Na verdade, existem alguns métodos de cálculo concretos como: a fórmula de *Melson*, a forma de *Wisconsin*, a tabela de *Dusseldorf*.

⁷⁸Cfr, Ac. STJ 19/05/2011. Processo n.º 648/08.5TBEPs.G1.S1. Relator: Sérgio Poças.

<http://www.dgsi.pt/jstj.nsf/954f0ce6ad9dd8b980256b5f003fa814/aaa095ea4911e5a88025789b002fa0a2?OpenDocument>; MANUEL LOPES MADEIRA PINTO, *Fixação da Pensão de Alimentos a Menores*, in *Lex Familiae*, Revista Portuguesa de Direito da Família, Centro de Direito da Família, Coimbra Editora, Ano 6 – n.º 11 – 2009. pp.71 a 78.

⁷⁹Cfr. Ac. TRL 03/03/2016. Processo n.º 450/10.4TMSTB.L1-2. Relator: Vaz Gomes.

<http://www.dgsi.pt/jtrl.nsf/33182fc732316039802565fa00497eec/9540396ebbcdbcf80257f7a005931ef?OpenDocument>

*necessidades do menor ou as possibilidades do progenitor obrigado (ou ambas) se alteram – se resultar provado que se alteram, o montante dos alimentos fixado pode/deve ser revisto, aumentado ou diminuído, conforme o circunstancialismo concreto”.*⁸⁰

Verificou-se o crescente número de incumprimentos das responsabilidades parentais, mais precisamente da obrigação de alimentos, no contexto da crise económica de há vários anos.

A tarefa de cálculo da necessidade do beneficiário de alimentos, das possibilidades do prestador e da capacidade de subsistência do menor (2004.º do CC).

Não havendo nenhuma fórmula de cálculo concreto no ordenamento jurídico português, é a doutrina e jurisprudência que, com base no caso concreto, determina um valor. *“Para fixar a medida de alimentos a prestar pelos progenitores em relação aos filhos menores ou incapazes não existe um modelo fixo mau grado se possa lançar mão de fórmulas matemáticas em uso noutros países, nomeadamente a fórmula de Melson aplicada nos Estados Unidos.”*⁸¹

A jurisprudência tende a avaliar a capacidade económica do progenitor não apenas pelo seu rendimento declarado, mas tendo em conta o nível de vida que possui e outros rendimentos que possa auferir. Numa situação de desemprego ou doença, a obrigação de alimentos mantém-se, mesmo que reduzida. É exigível ao progenitor/a um esforço para garantir a obrigação de alimentos, tanto em caso de desemprego ou incapacidade temporária, existindo sempre alguns mecanismos e apoios sociais de que se pode recorrer.⁸²

3. Modo e Lugar da Prestação de Alimentos

O pagamento da prestação de alimentos devidos a filhos menores é realizado por via de regra em dinheiro e por via excecional, em espécie. Uma vez em dinheiro pode a prestação ser entregue por via postal, depósito bancário, cheque e, o modo mais prático e usual, por transferência bancária.

⁸⁰Cfr. Ac. TRL 03/03/2016. Processo n.º 450/10.4TMSTB.L1-2. Relator: Vaz Gomes.
<http://www.dgsi.pt/jtrl.nsf/33182fc732316039802565fa00497eec/9540396ebbcdbcf80257f7a005931ef?OpenDocument>

⁸¹Cfr. Ac. TRC 28/04/2010. Processo n.º 1810/05.8TBTVN-A.C1. Relator: Távora Vítor.
<http://www.dgsi.pt/jtrc.nsf/c3fb530030ea1c61802568d9005cd5bb/a66f292f157150af80257726004c697f?OpenDocument> A fórmula de Melson utilizada nos Estados Unidos tem como princípio orientador o mínimo de cada pessoa necessita para fazer face às suas necessidades mais básicas. Havendo excedente, esse valor canaliza-se para as necessidades básicas do menor. O restante, caso exista é dividido igualmente, para que alimentado e progenitor tenham idêntico nível de vida.

⁸²MARIA CLARA SOTTOMAYOR, *Regulação do Exercício...*, cit., p. 360 e s. Verifique-se o acórdão TRP, datado de 14 de junho de 2010, processo n.º 148/09.6TBPFR.P1, relator Guerra Banha: <http://www.dgsi.pt/JTRP.NSF/c3fb530030ea1c61802568d9005cd5bb/deaddb3cc6b11dab8025778f0035e620?OpenDocument>, e o acórdão do TRL de 22 de março de 2007, processo n.º 293/07-2, relator Vaz Gomes: <https://blook.pt/caselaw/PT/TRL/290545/?q=relator:%20Vaz%20Gomes>.

Como não existe nenhum artigo no livro IV do CC que nos indique qual o modo e lugar da prestação de alimentos, vigora o regime das obrigações em geral (art. 774.º, 1ª parte, do CC). As prestações devem ser pagas no lugar do domicílio do credor que tiver ao tempo do cumprimento (art. 774.º, 2ª parte, do CC).

4. Alimentos Provisórios

O instituto de alimentos provisórios encontra-se plasmado no art. 2007.º do CC a qual nos refere que enquanto não for fixado de modo definitivo a prestação de alimentos, o alimentado através do seu representante legal, pode pedir ao tribunal alimentos provisórios.

Efetivamente, os alimentos provisórios são fixados segundo o prudente arbítrio do juiz (art. 2007.º n.º 2 do CC).

Estes alimentos provisórios serão atribuídos mediante prévia apresentação de requerimento do alimentado ou por determinação do juiz de modo oficioso até ao momento da determinação de alimentos definitivos: *“Como a generalidade dos procedimentos cautelares, também os alimentos provisórios se encontram na dependência da ação em que seja determinada a prestação de alimentos definitivos (cfr. art. 399.º, n.º 1)”*.⁸³

O acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, com data de 14 de setembro de 2010, é elucidativo quanto à distinção entre alimentos provisórios e definitivos. Vejamos: *“Os alimentos definitivos são integrados por tudo quanto seja indispensável à satisfação das necessidades de sustento, habitação e vestuário. Os alimentos provisórios são menos abrangentes, abarcando tudo aquilo que se mostre estritamente necessário para o efeito...”*.⁸⁴

No que diz respeito à restituição de alimentos provisórios, a lei é bem clara quando indica que não haverá lugar a tal restituição.

5. Violação do Dever Alimentar

Na verdade, o ordenamento jurídico português muito se tem desenvolvido para que haja um processo célere e eficaz na regulação das responsabilidades parentais. Porém o incumprimento das responsabilidades é ainda elevado, sendo maior do que seria desejável.

⁸³LUÍS MIGUEL SIMÕES LUCAS PIRES, *Os Aspectos Processuais e as Garantias do Direito a Alimentos*, in *Lex Familiae*, Revista de Direito Portuguesa, Centro de Direito da Família, Coimbra Editora, Ano 1 – n.º 2 – 2004. pp. 43 a 51.

⁸⁴Cfr. Ac. TRL 14/09/2010. Processo n.º 34813/09.3T2SNT.L1-1. Relator: Pedro Brighton.
<http://www.dgsi.pt/jtrl1.nsf/0/25b9989133a528ca802577ae00509cf8?OpenDocument>

Numa primeira fase, quando haja incumprimento das responsabilidades parentais é necessária a interposição de um incidente de incumprimento apensado ao processo de regulação das responsabilidades parentais (art. 181.º da OTM). Quando a regulação das responsabilidades é feita na Conservatórias de Registo Civil, o processo surge autonomamente, integrando o acordo das responsabilidades parentais que deve ser apreciado pelo Magistrado do Ministério Público (art. 1.º e n.º 5 al.a, DL n.º 272/2001 de 13 de outubro). Quando a regulação cabe ao juiz, este tenta reunir as partes e perceber se existe uma possibilidade de acordo.⁸⁵ Não havendo acordo e perante um incumprimento a tentativa de cobrança coerciva é imediata.

Numa segunda fase, temos no nosso ordenamento jurídico, uma execução especial de alimentos com a sentença de mérito, ou certidão judicial de acordo como título executivo (art. 933.º do CPC).⁸⁶ A adjudicação das quantias pode ser feita em vencimentos e/ou pensões, consignação de rendimentos (dentro do limite de 1/3, sendo o ordenado mínimo impenhorável).

O incumprimento das responsabilidades parentais pode ainda dar lugar a um procedimento criminal. O crime é de natureza semipúblico e está previsto e punido no art. 250.º do CP. É necessário que exista uma obrigação legal de alimentos, um *quantum* alimentício exigível. Para que haja condenação, é necessário que exista dolo por parte do prestador no sentido em que ele tem condições para garantir a obrigação legal mas não o quer fazer.⁸⁷

6. Cessação da Obrigação de Alimentos a Filhos Menores

A cessação da prestação de alimentos a filhos menores ocorre às seguintes situações:

- a) Quando se dá a emancipação (art. 129.º do CC);

⁸⁵Cfr. Ac. TRP 10/02/2016. Processo n.º 847/05.1TMPRT-C.P1. Relator: Vítor Amaral. <http://www.dgsi.pt/jtrp.nsf/56a6e7121657f91e80257cda00381fdf/85c2199e6243f7b980257f7e00303786?OpenDocument>; “O processo de incumprimento de regulação do exercício de responsabilidades parentais constitui uma instância incidental, relativamente ao processo principal (de regulação dessas responsabilidades), destinada à verificação quanto a uma situação de incumprimento culposo/censurável de obrigações decorrentes de regime parental (provisório ou definitivo) estabelecido, bem como à realização de diligências tendentes, designadamente, ao cumprimento coercivo.”

⁸⁶Cfr. Ac. TRP 24/09/2009. Processo n.º 2907/05.0TBPRD-A.P1. Relator: M. Pinto dos Santos. <http://www.dgsi.pt/jtrp.nsf/d1d5ce625d24df5380257583004ee7d7/912d627bf2ecf3ab802575b4002f4b8f?OpenDocument>; “Não deve ser rejeitada a execução especial por alimentos (devidos a menor), com base em (manifesta) falta de título executivo, quando na base da mesma está uma sentença homologatória – transitada em julgado – do acordo alcançado na acção de regulação do poder paternal em que os progenitores da menor estipulam uma determinada prestação mensal a título de alimentos”.

⁸⁷Cfr. Ac. TRC 29/09/2010. Processo n.º 462706.2TATMR.C2. Relator: Eduardo Martins. <http://www.dgsi.pt/jtrc.nsf/8fe0e606d8f56b22802576c0005637dc/f479050202bf8723802577bd00497434?OpenDocument>; “Na violação da obrigação de alimentos sendo um crime contra a família (um dos pilares da nossa sociedade), não tendo o arguido consciencializado o mal do crime, não manifestando qualquer arrependimento, tratando-se de situação prolongada no tempo, revelando grande indiferença no cumprimento da obrigação em causa, é de aplicar pena detentiva.”

- b) Com a morte do prestador de alimentos ou do alimentado (art. 2013.º n.1 al. a do CC), sem prejuízo de se poder requerer a prestação em relação a terceiros nos termos no art. 2009.º do CC. O mesmo sucede com a declaração de morte presumida seja por parte do alimentado ou seja por parte do devedor de alimentos (art. 115.º do CC);
- c) Quando existe uma impossibilidade de prestar alimentos, por carência económica do devedor (podendo dar origem à intervenção do Fundo de Garantia de Alimentos Devidos a Menores), ou por o alimentado não necessitar dos mesmos (quando com o fruto do seu trabalho ou através de outra fonte consegue prover o seu sustento) (art. 2013.º n.º 1 al. b do CC);
- d) Quando haja uma violação grave dos deveres do alimentado para com o prestador (art. 2013.º n.º 1 al. c);
- e) Quando exista trânsito em julgado de sentença que determine procedente o pedido de impugnação da paternidade, maternidade ou perfilhação, ou quando exista o trânsito em julgado de sentença que decreta a revisão da sentença que tiver decretada a adoção plena (art. 1990.º do CC), ou quando ocorra uma revogação da adoção restrita⁸⁸ (art. 2002.º B do CC);
- f) Com a maioria do alimentado. Aqui surgem algumas questões de grande relevo: com um grande número de jovens a frequentar o ensino superior e considerando que a escolaridade obrigatória só cessa quando o jovem perfaz os 18 anos de idade, ou quando o aluno completa o 12º ano de escolaridade⁸⁹, verificamos um fenómeno social: o término da formação profissional cada vez mais tarde e uma maior dependência económicas dos jovens em relação aos progenitores.

Apesar de uma boa formação académica e de uma favorável instrução literária, os jovens instruídos não conseguem ter uma vida autónoma e independente devido às suas fragilidades económicas e à entrada tardia no mercado de trabalho.

Pondo fim a uma discussão que dividia a doutrina e jurisprudência, o nosso legislador esteve atento a esta evolução e acompanhou esta necessidade social, razão pela qual ocorreu uma alteração legislativa ao nosso ordenamento jurídico em 2015. A Lei n.º 122/2015 de 1 de setembro, que entrou em vigor no dia 1 de outubro do mesmo ano, veio acolher o entendimento de que a

⁸⁸Note-se que a previsão da adoção restrita foi eliminada do nosso ordenamento em 2015.

⁸⁹Lei n.º 85/2009 de 27 de agosto estabelece o regime da escolaridade obrigatória. O art. 2.º dispõe o âmbito da escolaridade obrigatória, sendo que é no n.º 4 do mesmo art. que indica as causas de cessação da escolaridade obrigatória.

obrigação de pagamento da pensão não cessa com a maioridade (art. 1905.º do CC com referencia no seu n.º 2 ao art. 1880.º do mesmo diploma).

No momento em que o jovem atinge os 18 anos, ou for emancipado, e ainda não houver completado a sua formação profissional manter-se-á a obrigação de alimentos (art. 1880.º do CC). O legislador quis que o progenitor/a continuasse a suportar as despesas relativas ao sustento, segurança, saúde e educação.

A obrigação de alimentos a filhos maiores só se mantém consoante o binómio de necessidade e possibilidade. O prestador de alimentos tem de ter condições económicas para o fazer, e dentro do limite da sua capacidade deve assegurar a continuação do percurso académico do filho. Por outro lado, o jovem que ainda não completou a sua formação tem de ter aproveitamento escolar, e capacidade intelectual, entendendo-se que este complete a sua formação num período de tempo razoável.⁹⁰

Estes alimentos educacionais surgem na decorrência dos poderes-deveres que integram as responsabilidades parentais. Remédio Marques afirma que estamos perante uma *“bolsa de estudos alimentar, cujos titulares passivos são os progenitores”*.⁹¹

Efetivamente, não são todos os jovens que podem receber do prestador de alimentos para além da maioridade. Existe uma exceção. No caso dos jovens que recebem a prestação através do Fundo de Garantia Devido Filhos Menores, a prestação não é extensível ainda que não tenham completado a sua formação profissional. *“A obrigação ... (FGADM) não se prolonga pela maioridade de forma a abranger os “alimentos educacionais.”*⁹²

A cessação da obrigação de alimentos devidos a filhos maiores cessa quando o jovem perfaça os 25 anos, *“Assim, a regra actualmente estabelecida no artigo 1880.º do CC, é a de que a pensão fixada em benefício do filho menor mantém-se até que este complete os 25 anos”*⁹³.

⁹⁰Cfr. Ac. TRL 07/12/2011. Processo n.º 1898/10.0TMLS.L1-2. Relator: Pedro Martins. <http://www.dgsi.pt/jtrl.nsf/33182fc732316039802565fa00497eec/9305f4c72959db7c80257974003ed0bf?OpenDocument>; Este acórdão do TRL discute os elementos objetivos e subjetivos *que densificam o conceito de razoabilidade e (in)exigibilidade*. Em causa a necessidade do filho maior, e a razoabilidade de exigir aos pais o dever de contribuição.

⁹¹J. P. REMÉDIO MARQUES, *Algumas Notas Sobre Alimentos...*, cit., p. 299.

⁹²Cfr. Ac. TRC 15/11/2016. Processo n.º 962/14.0TBLRA.C1. Relator: Jorge Arcanjo. <http://www.dgsi.pt/jtrc.nsf/8fe0e606d8f56b22802576c0005637dc/476e18dbe4dedb5880258074003cbe18?OpenDocument>

⁹³Cfr. TRE 09/03/2017. Processo n.º 26/12.1TBPTG-D.E.1. Relatora: Albertina Cardoso. <http://www.dgsi.pt/jtre.nsf/134973db04f39bf2802579bf005f080b/132eb4b379f945f2802580ec00578661?OpenDocument>

Segundo o autor Remédio Marques, a obrigação cessa quando o filho termine a licenciatura ou grau semelhante, terminando assim a sua formação profissional. Não é expectável que a prestação decorra depois do término dos estudos, até porque a obtenção de um emprego conducente à sua formação pode não surgir de imediato. *“A situação de desemprego do filho maior solteiro, subsequente à ulitimação da formação profissional não lhe dá o direito de exigir alimentos...”*⁹⁴

Segundo a autora Maria Clara Sottomayor o conceito de formação profissional é mais alargado na medida em que *“deve ser alargado para além da licenciatura, de forma a abranger o grau de mestrado pós-reforma de Bolonha e estágios profissionais não remunerados...”*.⁹⁵

⁹⁴J. P. REMÉDIO MARQUES, *Algumas Notas Sobre Alimentos...*, cit., p. 312.

⁹⁵MARIA CLARA SOTTOMAYOR, *Regulação do Exercício do Poder Paternal nos Casos de Divórcio*, Porto, Coimbra Almedina, 6ª Ed., 2014. p. 129.

V – Intervenção do Fundo de Garantia de Alimentos Devidos a Menores

1. Generalidades

O Fundo de Garantia de Alimentos Devidos a Menores, doravante designado por FGADM, intervém sempre que o prestador de alimentos originário⁹⁶ não cumpra de forma voluntária a prestação alimentícia definida judicialmente. O referido fundo foi criado pela Lei 75/98 de 19 de novembro pelo Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social.

Este diploma (Lei 75/98 de 19 de novembro), teve como principal objetivo dar cumprimento aos princípios consagrados constitucionalmente, que preveem uma especial proteção do Estado em relação às crianças, em particular às crianças órfãs, abandonadas, e aquelas que de qualquer forma são privadas de um ambiente familiar saudável.⁹⁷

O legislador, com a criação do FGADM quis assegurar as prestações alimentícias das crianças, menores, filhos de progenitores ausentes e não cumpridores das suas responsabilidades parentais, garantindo, às mesmas, condições mínimas de sobrevivência avalizando os seus direitos basilares.

Podemos assim afirmar que a formação da Lei n.º 75/98 de 19 de novembro (L-FGADM) teve como princípios elementares os direitos consagrados constitucionalmente, bem como a Convenção sobre os Direitos da Criança (adotada pela Assembleia Geral nas Nações Unidas em 20 de novembro de 1989 e ratificada por Portugal em 21 de setembro de 1990), e que contempla no seu art. 18.º a responsabilidade de educar as crianças. O Estado deve cooperar com os pais na tarefa de educar, assumindo o compromisso de diligenciar e assegurar os direitos das crianças expressos na Convenção. O Estado deve ainda ter o cuidado necessário para certificar o bem-estar destes menores, tomando assim medidas legislativas e administrativas adequadas e eficazes para o efeito.

⁹⁶Para feitos práticos o prestador de alimentos é o devedor, aquele que não cumpre a obrigação de alimentos fixada judicialmente por detrimento da regulação das responsabilidades parentais.

⁹⁷No título II da CRP, Direitos Liberdades e Garantias, integra o art. 69.º da CRP que consagra a infância, o direito da criança à proteção da sociedade e do Estado. O poder-dever de educação dos pais relativamente aos filhos é *insubstituível*, tendo por isso o Estado um papel subsidiário em proteger os interesses dos filhos e em proporcionar um desenvolvimento integral. O legislador teve um especial cuidado no que diz respeito à proteção da família, casamento e filiação, garantindo o princípio de igualdade e de proteção (art. 36.º da CRP). *Vide* em mais pormenor: JORGE MIRANDA e RUI MEDEIROS, *Constituição Portuguesa Anotada*, Tomo I, Introdução Geral Preâmbulo, Artigos 1.º a 79.º, Coimbra Editora, 2005, pp. 390 a 426 e 706 a 709.

Igualmente importante para a criação desta Lei foi a Recomendação do Conselho da Europa R (82) 2 de 4 de fevereiro de 1982⁹⁸, e a Recomendação R (89) 1, de 18 de janeiro de 1989⁹⁹, relativamente à antecipação do Estado no que concerne às obrigações de alimentos devidas a filhos menores e à matéria de prestações de alimentos a menores no caso de divórcio dos pais.

O Estado assume um papel de prestador social quando o prestador originário de alimentos (pessoa judicialmente obrigada) não tenha capacidade económica para o fazer. O Estado supre assim as necessidades do alimentado e assume a proteção de todos os menores mais carecidos.

Na realidade, este fundo é mais um apoio que o Estado atribui aos jovens mais desfavorecidos.¹⁰⁰

2. Requisitos para fixação de alimentos a cargo do FGADM

Para acionar as prestações do FGADM é necessária a verificação cumulativa de determinados requisitos: a) residência do menor e do devedor originário; b) menoridade do alimentado; c) existência de uma sentença e um incumprimento da prestação de alimentos a filhos menores por parte do devedor originário; d) impossibilidade de cobrança coerciva; e) inexistência de rendimentos líquido superior ao IAS e de apoios sociais por parte do alimentado.

Para que o juiz da causa possa decidir sobre a procedência do pedido, tem de analisar os pressupostos para a concessão do FGADM, e avaliar detalhadamente os dados da Segurança Social e do Serviço de Finanças.

Analisando mais pormenorizadamente cada um dos requisitos para a ativação do FGADM:

⁹⁸Esta Recomendação do Conselho da Europa n.º 82 (2) teve como objetivo assegurar uma maior unidade entre os seus membros, nomeadamente através de regras jurídicas comuns. Tendo em conta o número de crianças que são criadas unicamente por um dos progenitores e observando que muito frequentemente o outro progenitor não cumpre a prestação de alimentos a que é devido, tornou-se necessário recomendar aos Estados para que tomem medidas. A solução mais adequada foi a criação de um mecanismo de pagamento antecipado que é acionado quando um dos progenitores não cumpre o seu dever de manutenção. O intuito da Recomendação foi que os Estados adotassem regras comuns de modo a melhorar significativamente os direitos das Crianças.

⁹⁹A Recomendação n.º 89 (1), refere que após o divórcio devem ser atribuídas contribuições adequadas à parte que não consegue prover o seu sustento.

¹⁰⁰MARIA CLARA SOTTOMAYOR, *Regulação do Exercício das Responsabilidades Parentais nos Casos de Divórcio*, 6ª Ed. Revista, Aumentada e Actualizada, Almedina Editora, 2014, p.391. A autora refere que a criação do FGADM se deveu e boa parte à verificação de um aumento da pobreza das famílias monoparentais e ao aumento das ações de regulação das responsabilidades parentais, tal como o aumento de processos de incumprimento das decisões judiciais no que respeita à regulação das responsabilidades parentais das prestações alimentícias (muito devido à crise económica que o país atravessa), o Estado substitui-se ao devedor originário para que o menor tenha meios para garantir o seu desenvolvimento.

2.1 Residência do menor e do devedor originário

Para ocorrer a intervenção do FGADM é necessário que o menor e prestador de alimentos sejam residentes em território português preenchendo o requisito do artigo 1.º n.º 1 da L-FGADM.

2.2 Menoridade do alimentado

A idade da criança tem relevância na medida em que apenas os menores de 18 anos de idade são beneficiários deste FGADM, como nos indica o artigo 1.º n.º 1 da L-FGADM. A ideia é garantir a subsistência do menor enquanto este ainda não tenha autonomia. O art. 1.º n.º 2 da L-FGADM prevê claramente que o pagamento das prestações a que o Estado se encontra obrigado cessam no dia em que o menor atinja a idade de 18 anos. No nosso ponto de vista não deveria ser assim tão linear, contudo, segundo a Lei, a maioridade é um dos fatores que faz cessar o FGADM¹⁰¹.

2.3 Existência de uma sentença, e um incumprimento da prestação de alimentos a filhos menores por parte do devedor originário

É importante para a ativação deste fundo que exista uma decisão de regulação das responsabilidades parentais e que o prestador de alimentos, progenitor/a não satisfaça as quantias peticionadas na regulação de tais responsabilidades, (art. 1.º n.º 1 da L-FGADM e artigo 3.º n.º 1 alínea a do DL-FGADM).

O prestador originário de alimentos tem de estar em incumprimento (mora), isto é, tem que estar vinculado a uma obrigação de prestação de alimentos a um filho, ou mais filhos menores e não cumprir.

Para preenchimento deste requisito deve existir uma sentença ou acórdão que fixe uma prestação de alimentos a filhos menores, ou que estabeleça alimentos provisórios e que, para além de fixar uma quantia devida a esse título indica uma data de vencimento para o devedor efetuar o pagamento da prestação. Só assim se compreende que o obrigado pelo não pagamento na data fixada, entre em mora.

É da competência do Ministério Público requerer nos respetivos autos de incumprimento, que se proceda à fixação do montante da prestação alimentícia, em substituição do devedor

¹⁰¹ Para maior desenvolvimento do tema da cessação do FGADM, veja-se o ponto 5 do mesmo capítulo.

subsidiário (artigo 3.º n.º 1 do DL-FGADM). Sem a fixação da prestação alimentícia não se verifica um requisito para a ativação do FGADM.¹⁰²

Quando a pessoa obrigada a prestar alimentos não o faz, o representante legal do menor terá de se dirigir ao tribunal onde correu o processo de regulação das responsabilidades parentais para que, através de sentença, se determine o montante a que o FGADM se obriga em substituição do devedor originário. Tem, depois, de ser acionado um incidente de incumprimento de alimentos para que o FGADM atribua um valor. Este pedido pode ser feito pelo Ministério Público, ou pelo representante do menor (art.º 3.º da L-FGADM).

Num entendimento maioritário não pode haver intervenção do fundo se não existir um condenado judicialmente, pessoa obrigado a certas prestações alimentícias e que deixe de as cumprir.

Efetivamente, diferente é o caso em que o progenitor/a não tenha condições para proceder ao pagamento de quantia alguma, ou se encontre ausente em parte incerta.

A preocupação aquando da criação do FGADM foi assegurar o princípio da igualdade consagrado constitucionalmente. A CRP garante a igualdade de todos os cidadãos na medida em que todos têm a mesma dignidade social e são iguais perante a lei (art. 13.º da CRP).¹⁰³

No nosso ponto de vista, a falta de proteção dos menores que não recebem a prestação de alimentos, apenas porque o seu progenitor/a não se encontra de momento condenado judicialmente¹⁰⁴ a prestar alimentos, e por essa razão não a recebam do FGADM, viola o princípio da igualdade, (art. 13.º da CRP).

As crianças são um grupo que merece a proteção e a especial atenção por parte do Estado. As crianças são merecedoras de um desenvolvimento equipendente e de condições essenciais a uma vida digna, é esse o sentido do preâmbulo do DL-FGADM.

¹⁰²MARIA CLARA SOTTOMAYOR, *Regulação do Exercício das Responsabilidades Parentais...*, ..., cit., p. 395. “Os diplomas que instituíram a regulam o Fundo de Garantia são precisamente instrumentos legislativos elaborados para proteger os interesses das crianças e os seus direitos fundamentais à vida (art. 24º da CRP), ao livre desenvolvimento da personalidade e à integridade pessoal (arts. 25º e 26º da CRP), ao desenvolvimento integral e à protecção da sociedade e do Estado (art. 69º da CRP).”

¹⁰³“A igualdade aqui proclamada é a igualdade perante a lei, dita por vezes igualdade jurídico-formal, e ela abrange, naturalmente, quaisquer direitos deveres existentes na ordem jurídica portuguesa.” JORGE MIRANDA e RUI MEDEIROS, *Constituição Portuguesa Anotada*, ..., cit., p. 120.

¹⁰⁴MARIA AURORA VIEIRA DE OLIVEIRA, *Alimentos Devidos a Menores*, Dissertação apresentada à Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra no âmbito do 2º Ciclo de Estudos em Direito (conducente ao grau de Mestre), na área de Ciências Jurídico-Forenses, Coimbra, 2015, pp. 44 a 59.

2.4 Impossibilidade de uma cobrança coerciva

A falta de pagamento da prestação alimentícia por parte do devedor leva-o a uma situação de incumprimento. Quando a liquidação voluntária não é possível são utilizados os meios adequados para uma cobrança coerciva.

2.5 Inexistência de rendimento líquido superior ao IAS por parte do alimentado, e apoios sociais

É relevante que o alimentado não tenha rendimento líquido superior ao valor do indexante dos apoios sociais (IAS)¹⁰⁵, como nos refere mais uma vez o art. 1.º n.º 1 da L-FGADM e o artigo 3.º n.º 1 alínea b do DL-FGADM. Deve ser patente a sua situação socioeconómica.

Os rendimentos do agregado familiar são avaliados para determinar o montante da prestação de alimentos. O agregado familiar compreende todas as pessoas que vivem com o menor em causa incluindo, no nosso entendimento, o companheiro do progenitor/a (art. 2.º n.º 2 da L-FGADM e art. 3.º n.º 2 do DL-FGADM).

O tratamento jurídico da união de facto tem vindo a ganhar importância devido a uma crescente escolha, segundo apontam dados sociológicos.¹⁰⁶

Os rendimentos do unido de facto são contabilizados para efeito de atribuição de montante do FGADM. Como nos refere o acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 22 de maio de 2003, relativamente ao conceito de família e à sua composição: *“O conceito de agregado familiar insito na Lei 75/98, de 19 de Novembro e respectivo diploma regulamentador, DL 164/99, de 13 de Maio abrange a comunidade constituída pelo menor alimentando, sua mãe (a cuja guarda foi confiado) e o companheiro desta, em união de facto, para efeitos de cálculo da capitação de rendimentos do respectivo agregado.”*¹⁰⁷

A questão colocada no acórdão do STJ de 22 de maio de 2003 é se o rendimento do unido de facto da progenitora conta para o rendimento do agregado familiar: *“o que revela para o fim*

¹⁰⁵O valor Indexante dos apoios sociais (IAS), é como o próprio nome indica um valor de referência que serve de cálculo para a atribuição de prestações sociais. No primeiro ano que entrou em vigor. A portaria 4/2017, de 3 de janeiro atualizou o valor do indexante dos apoios sociais (IAS) para o ano de 2017, fixando-o em € 421,32.

¹⁰⁶A forma de conjugalidade não matrimonializada tem vindo a aumentar. Muito se deve à alta taxa de divórcios e às relações superficiais que avassalam os casais. A união de facto (Lei 7/2001 de 11 de maio) pressupõe a comunhão de leito, mesa e habitação, duração mínima de dois anos (art. 1.º da Lei da União de Facto). *“A realidade sociológica da união de facto não é, nem pode ser exclusivamente atendida nos casos em que o legislador entenda especificamente regulá-la, dela fazendo decorrer efeitos - uma vez favoráveis, outras desfavoráveis - para os sujeitos da respectiva relação”*. <https://sociologico.revues.org/414>

¹⁰⁷Cfr. Ac. STJ 22/05/2003. Processo n.º 03B1378 Relator: Ferreira Girão.
<http://www.dgsi.pt/jstj.nsf/0/b488d532b16e719080256d750036c2e7?OpenDocument>

pretendido é a capacidade económica desse núcleo de pessoas ligado entre si.”, e qual a correta interpretação do conceito de família.

O Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social para a atribuição do FDADM analisa o valor que o agregado familiar auferi¹⁰⁸.

3. Limite quantitativo da prestação

Existem, no entanto, algumas questões controversas relativamente ao FGADM. Uma delas é saber se o tribunal pode fixar a prestação devida pelo FGADM em montante superior ou inferior à devida pelo prestador de alimentos. Falamos, portanto, de uma questão relacionada com o limite quantitativo da prestação.

A questão controversa é saber se a prestação a suportar pelo FGADM deve coincidir com a prestação fixada no processo de regulação das responsabilidades parentais respeitante a alimentos. A jurisprudência portuguesa dividiu-se quanto a esta matéria, durante muito tempo.

Ilustramos com um acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa de 20 de março de 2014, em que se discutia o pedido formulado pelo Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social no sentido da redução da prestação a cargo do FGADM, defendendo que o valor da prestação a fixar não podia ser superior à quantia fixada pelo progenitor incumpridor. O FGADM assume o pagamento de uma prestação, desde que o prestador não o faça e o menor necessite (art. 1.º, n.º 1, 1ª parte, da L-FGADM). Este acórdão defende claramente que o montante da prestação a cargo do FGADM não deverá ser superior aos alimentos em incumprimento. Como se lê no n.º 2 do seu sumário: “*O valor da prestação a fixar não poderá ser superior àquela a que ficou obrigado o devedor principal no âmbito do processo de regulação do exercício das responsabilidades parentais.*”¹⁰⁹. Num outro acórdão, desta feita do Tribunal do Supremo Tribunal de Justiça datado de 13 novembro de 2014, este Tribunal afirma que o valor não pode ser superior, uma vez que o FGADM assume a posição do devedor, não podendo exceder a

¹⁰⁸Os rendimentos a considerar para determinar a atribuição do fundo são: os rendimentos de trabalho dependente, rendimentos empresariais e profissionais, rendimento de capitais (juros de depósitos bancários, ações), rendimentos prediais (rendas de prédios rústicos, importâncias relativas a cedências e servidões), pensões e prestações sociais.

Vide: http://www.seg-social.pt/documents/10152/35982/N54_fundo_garantia_pensao_alimentos_devidos_menores/7039206f-547a-40dd-8aa8-397eda04e821

¹⁰⁹Cfr. Ac. TRL 20/03/2014. Processo n.º 850/07.7TMLS-B.L1-6 Relator: Maria de Deus Correia. O TRL, aderindo ao parecer do Ministério Público, decidiu revogar a decisão recorrida e fixar o valor da prestação em €100,00, quando o FGADM estava a pagar €250,00 a título de pensão alimentícia. Neste caso o FGADM estava a pagar em valor superior ao devedor originário.

<http://www.dgsi.pt/jtrl.nsf/33182fc732316039802565fa00497eec/a4481bc1ccb8980f80257cb60037bbe0?OpenDocument>

medida dos alimentos já fixados. O acórdão defende que este fundo não pode funcionar como um instrumento de assistência aos menores, mas como um mecanismo de auxílio para menores em situação mais débil e carenciada. O mesmo acórdão refere que: “*A prestação do FGAM, no caso de ser declarado o incumprimento do progenitor obrigado a alimentos não pode ser fixada em montante superior ao que tiver sido fixado pelo Tribunal e objecto do processo incidental, porque a tal se opõem as disposições insertas na Lei 75/98, de 19 de Novembro e do seu Decreto regulamentar, DL 164/99, de 13 de Maio.*”¹¹⁰.

Por outro lado, alguma jurisprudência, ainda que minoritária, afirma que é possível a fixação da prestação de alimentos num montante superior ao fixado. No acórdão do Tribunal da Relação de Évora datado de 27 de março de 2014, a atribuição da prestação a cargo do FGADM foi concedida tendo em conta a capacidade económica do agregado familiar e as necessidades específicas do menor, lê-se que: “*A prestação a suportar pelo Fundo de Garantia de Alimentos Devidos a Menores **pode ser** fixada em montante superior ao da prestação alimentar que havia sido fixada ao progenitor incumpridor.*”, acrescenta-se também que: “*Verifica-se, assim, que pelo Tribunal a quo foi agora atribuída uma prestação alimentar a ser suportada pelo FGADM (€ 100,00€) de valor bem diferente do fixado judicialmente ao progenitor em incumprimento (€ 50,00€).*”¹¹¹.

O Tribunal da Relação de Guimarães, num acórdão de 17 de dezembro de 2013, que relaciona as diligências prévias e relatórios sociais com o montante a fixar, afirma, no seu sumário que: “*I - Enquanto o obrigado a prestar não puder cumprir, realizadas as diligências judiciais necessárias, competirá ao Estado pagar a quantia relativa aos alimentos que forem fixados pelo tribunal, **independentemente de ser igual, inferior ou superior** àquela que foi inicialmente fixada, desde que seja respeitado o limite máximo fixado na lei. II – O Fundo de Garantia fica sub-rogado em todos os direitos da criança ou jovem a quem as*

¹¹⁰Cfr. Ac. STJ 13/11/2014. Processo n.º 415/12.1TBVV-A.E1.S1. Relator: Ana Paula Boularot. A fixação do montante de alimentos a pagar pelo progenitor da menor foi de 100,00€. A requerente, mãe da menor pediu para que o FGADM suportasse o montante de 150,00€. O montante a que o Estado está obrigado a pagar não pode exceder aquele que o devedor está obrigado (posição defendida no acórdão). A fixação a suportar pelo fundo manteve-se nos 100,00€, montante fixado pelo Tribunal nos autos principais.
<http://www.dgsi.pt/JSTJ.NSF/954f0ce6ad9dd8b980256b5f003fa814/7d1ce1bad41b80e880257d9300414f10?OpenDocument>

¹¹¹Cfr. Ac. TRE 27/03/2014. Processo n.º 36-F/2000.E.1. Relator: Acácio Neves. Verifica-se neste acórdão a fixação do montante da prestação a cargo do FGADM foi superior, uma vez que a prestação originária era de 50,00€ e o fundo ficou obrigado a pagar 100,00€ ao menor (o dobro do fixado ao progenitor incumpridor).
<http://www.dgsi.pt/jtre.nsf/134973db04f39bf2802579bf005f080b/c73ee93f9a01bc1980257d070053845a?OpenDocument>

prestações foram atribuídas com vista ao seu reembolso, sendo indiferente que o seu valor tenha aumentado.”¹¹²

O Tribunal da Relação de Coimbra, num acórdão de 11 de fevereiro de 2014, defendeu: “O valor da prestação a cargo do Fundo de Garantia de Alimentos a Menores (FGADM) não tem que coincidir com o da prestação anteriormente fixada e devida pelos progenitores, embora coincida em regra, devendo na sua fixação ser ponderados, para além daquela, a capacidade económica do agregado familiar e as necessidades específicas da menor.”¹¹³

O art. 5.º n.º 1 do DL-FGADM prevê que o FGADM fique sub-rogado em todos os direitos do menor. A intervenção do fundo ocorre com a intenção de o mesmo vir a ser reembolsado pelas quantias pagas, o que só é possível se o valor da prestação for no mesmo montante. Falamos de duas prestações distintas, uma prestação do pai ao abrigo das disposições do Código Civil, e a outra, a prestação do fundo, gerido pelo Instituto da Segurança Social. Cada prestação atribuída deve ser analisada caso a caso e caracterizada como autónoma em relação às outras prestações.

De modo a clarificar esta questão de contradição jurisprudencial, surgiu o acórdão de Uniformização de Jurisprudência datado de 19 de março de 2015, DR, I série, 85, 04/05/2015, P. 2223-2236. O mesmo acolheu o entendimento segundo o qual nos termos do disposto no art. 2.º da L-FGADM, e o art. 3.º n.º3 do DL-FGADM, a prestação a suportar pelo Fundo de Garantia de Alimentos Devidos a Menores não pode ser fixada em montante superior ao da prestação de alimentos a que está vinculado o devedor originário.

Nós perfilhamos o entendimento de que a fixação do montante da prestação alimentícia, pode ser igual, inferior ou superior à fixada, é o que resulta do art. 2.º n.º 2 da L-FGADM e o art. 3º do DL-FGADM.

Segundo Clara Sottomayor, caso a prestação social não seja atribuída na medida da necessidade do alimentado, e a mesma não seja suficiente para satisfazer as suas carências, o

¹¹²Crf. Ac. TRG 17/12/2013. Processo n.º 987/03.1TBFLG-B.G1. Relator: Moisés Silva. Este é um acórdão que retrata um caso especial de um menor que vive com paralisia cerebral no seio de uma família pobre e de poucos recursos. Em vez de 100,00€ (valor originalmente fixado ao progenitor), o FGADM foi obrigado a pagar a quantia de 2 U. C. em substituição do progenitor incumpridor.
<http://www.dgsi.pt/jtrg.nsf/86c25a698e4e7cb7802579ec004d3832/1f4f9edad2cf73ad80257c63005c1e25?OpenDocument>

¹¹³Cfr. Ac. TRC 11/02/2014. Processo n.º 1184/06.0TBCVL-B.C1 Relator: Luís Cravo. Decorrente de um incidente de incumprimento das responsabilidades parentais, à data poder paternal, foi fixada a quantia de 100,00€, atualizada para 120,00€. Foi considerado que em dois anos (momento da fixação da prestação a cargo do FGADM) o nível de vida aumentou e as necessidades da menor tendem a aumentar com a idade razão pela qual se atualizou
<http://www.dgsi.pt/jtrc.nsf/c3fb530030ea1c61802568d9005cd5bb/96ef71835f90f9e080257c900050136c?OpenDocument>

prestador originário continua obrigado perante o Estado e o alimentado na medida das responsabilidades familiares.¹¹⁴

4. Momento da obrigação de prestação de alimentos pelo FGADM

Esta problemática tem relação com o ponto anterior acabado de analisar, uma vez que partilham questões comuns. Ora vejamos: a questão que agora cumpre considerar é a de saber desde que momento são devidas as prestações a cargo do FGADM: desde que é pedida a intervenção do FGADM, ou desde o momento em que o prestador originário deixa de cumprir a sua obrigação, ou só depois do requerente do FGADM ser notificado da decisão de deferimento por parte do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social?

Entendimento unânime é a de que se trata de uma prestação de carácter urgente. Nas palavras de Clara Sottomayor: *“Apenas se dirá sobre este tema que não nos oferece a menor dúvida que das normas e dos princípios constitucionais que consagram o direito à segurança social e a protecção da infância e do desenvolvimento integral das crianças, a cargo do Estado, se infere seguramente a necessidade de uma **tutela urgente e eficaz** que garanta adequadamente a satisfação das prestações alimentares devidas a menores, nos casos de incumprimento pelos progenitores do dever fundamental de proverem à subsistência e educação dos seus filhos...”*¹¹⁵

O juiz tem sempre a possibilidade de fixar uma prestação provisória quando esta se entenda urgente e necessária (artigo 3.º n.º 2 da Lei n.º 75/98).

Uma parte da jurisprudência tende para afirmar que as prestações vencidas (aquelas que o devedor originário deixou de poder pagar) deviam ser pagas pelo FGADM. Trata-se da *tese maximalista*¹¹⁶ que defende o pagamento das prestações já vencidas e não pagas pelo prestador. Nesse sentido, diz-se que, sendo uma prestação substitutiva em relação ao devedor originário

¹¹⁴MARIA CLARA SOTTOMAYOR, *Regulação do Exercício das Responsabilidades Parentais*, ..., cit., pp. 393 e 394.

¹¹⁵Cfr. Ac. STJ 07/04/2011. Processo n.º 9420-06.6TBCSC.L1.S1 Relator: Lopes do Rego. Neste acórdão é levantada a questão de saber desde que momento vigora a obrigação do FGADM, se desde o incumprimento do devedor originário ou no mês seguinte ao da notificação da decisão do tribunal. O referido acórdão refere ainda a natureza constitucional e fundamental da proteção aos menores relativamente à questão dos quantitativos pecuniários e aos instrumentos procedimentais mais eficazes.
<http://www.dgsi.pt/jstj.nsf/954f0ce6ad9dd8b980256b5f003fa814/07322be27aaf41df8025787200571d24?OpenDocument>

¹¹⁶MARIA CLARA SOTTOMAYOR, *Regulação do Exercício das Responsabilidades Parentais*, ..., cit., pp.407 a 414. *“Esta tese assenta, também, na secundarização do argumento gramatical, defendendo que se deve proceder a uma interpretação teleológica, segundo o art. 9º n.º3 do C.C., o qual manda atender aos fins a que a norma prossegue.”*

se verifica uma conexão entre o incumprimento do devedor originário e da obrigação do fundo. É o que nos expõe o acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra 6 de junho de 2016: “A transmissão do crédito de alimentos para o FGADM por via da sub-rogação e outras medidas que rodeiam a sua actuação explicam-se pela exigência de rigor e controlo adequado na afectação de recursos públicos escassos. A cargo do FGADM podem ficar todas as prestações alimentares em dívida ao menor em razão do disposto no artigo 2006º do CC, desde que não anteriores ao ano de 2000 e desde que o pagamento pelo FGADM não exceda o montante mensal de 4 UC.”¹¹⁷. Esta obrigação funciona como vínculo intersubjetivo, tem um lado ativo, o crédito, e um lado passivo, o débito, como se prevê no art. 397.º do CC.

Na sub-rogação substitui-se o sujeito de obrigação, mas não se extingue a dívida, antes, esta permanece os direitos obrigacionais do novo titular. A sub-rogação ocorre quando um terceiro, que passa a cumprir a dívida alheia, adquire os direitos do credor originário.¹¹⁸ O Estado (terceiro que atua de forma garantística) paga e assume a obrigação de alimentos em substituição do devedor originário. As prestações pagas pelo Estado são reembolsáveis uma vez que a obrigação do devedor se mantém.

Outra posição é a de que, sendo a existência da dívida anterior apenas um pressuposto para a intervenção deste fundo, o Estado, neste caso o Instituto da Segurança Social a gerir o FGADM apenas deve proceder ao pagamento da pensão alimentícia depois da decisão do tribunal que o condene a pagar.¹¹⁹ Esta é a *tese restritiva*. Como exemplo dessa posição da

¹¹⁷Cfr. Ac. TRC 06/06/2006. Processo n.º 419/06 Relator: Virgílio Mateus. O artigo 5º n.º 1 e 3 do DL-FGADM apenas nos diz que a sub-rogação pode ser total ou parcial, deste modo as prestações devem-se cingir às prestações às prestações vencidas depois da notificação da decisão e as vencidas desde o início da mora. No presente caso o FGADM foi condenado a pagar as prestações em dívida no valor de 1900,00€, num total de 38 meses.

<http://www.dgsi.pt/jtrc.nsf/c3fb530030ea1c61802568d9005cd5bb/fc21fba79b7febd08025722200386ea9?OpenDocument>

¹¹⁸MÁRIO JÚLIO DE ALMEIDA COSTA, *Direito das Obrigações*, Edição Revista e Atualizada, Almedina Editora, 12ª Ed., 2016, pp. 821 e ss.

¹¹⁹Dentro desta tese, não há unanimidade relativamente ao momento a partir do qual esta prestação é devida pelo FGADM. Alguma jurisprudência afirma que os pagamentos são devidos desde o mês seguinte à notificação da sentença que fixou a prestação de alimentos pelo FGADM. Nesse sentido, veja-se o acórdão uniformizador de jurisprudência do STJ, processo n.º 12/2009, publicado em Diário da República a 05 de agosto de 2009 - <file:///C:/Users/Ana/Downloads/0508405094.pdf> -, esta posição é a que melhor se enquadra no espírito da lei, que regula a garantia de alimentos devidos a menores prevista no DL n.º 75/98 de 19 de Novembro, devidamente atualizado pela Lei n.º 64/2012, de 20 de Dezembro, que nos refere no seu artigo 4º n.º 5: “A prestação de alimentos é devida a partir do 1.º dia do mês seguinte ao da decisão do tribunal.”. Outra jurisprudência afirma que os pagamentos se tornam devidos desde o momento em que são peticionados ao fundo. Nesse sentido, vejam-se os acórdãos do TRL de 13/12/2007, processo n.º 10407/2007-8, relator: Salazar Casanova - <http://www.dgsi.pt/Jtrl.nsf/e6e1f17fa82712ff80257583004e3ddc/f9ab4292f068bfc3802573c600552311?OpenDocument> -, e outra afirma que os pagamentos são devidos desde a data da decisão judicial, cfr. acórdão do TRL 08/11/2012, processo n.º 1529/03.4TCLRS-A.L2-6, relator: Aguiar Pereira - <http://www.dgsi.pt/jtrl.nsf/33182fc732316039802565fa00497eec/1989c10514728fca80257ae7003e8fe0?OpenDocument>.

jurisprudência pode ser apresentado o acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa 4 de outubro de 2008, em que se lê: “*O Estado não se substitui aqui completamente ao devedor relapso, no pagamento de toda a dívida atrasada, pois apenas proporciona alimentos, no presente e no futuro, para prover à subsistência, à educação e ao desenvolvimento harmonioso do menor.*”; “*Embora o pagamento só comece a efectuar-se a partir do mês seguinte ao da notificação da decisão, que fixou as prestações...*”¹²⁰.

O acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa 8 de novembro de 2012, no mesmo seguimento, reforça a ideia de que a prestação a pagar pelo FGADM apenas é exigível no mês seguinte ao da notificação da decisão ao Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social. O fundo só é demandado depois de se verificar o incumprimento do devedor originário, não havendo até esse momento nenhum dever jurídico a cargo do FGADM. A obrigação assumida pelo FGADM (meio subsidiário ao cumprimento da obrigação de alimentos devidos a menores) possui carácter novo e autónomo, independente do montante da prestação já fixada, pelo Tribunal ao progenitor do menor.

A prestação a cargo do FGADM apenas é exigível no mês seguinte ao da notificação da decisão do tribunal. No acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa de 8 de novembro de 2012, defende-se que: “*A obrigação de prestação de alimentos a menor, assegurada pelo Fundo de Garantia de Alimentos Devidos a Menores, em substituição do devedor, nos termos previstos nos artigos 1º da Lei nº 75/98, de 19 de Novembro, e 2º e 4º, nº 5, do Decreto-Lei nº 164/99, de 13 de Maio, só nasce com a decisão que julgue o incidente de incumprimento do devedor originário e a respectiva exigibilidade só ocorre no mês seguinte ao da notificação da decisão do tribunal, não abrangendo quaisquer prestações anteriores.*”¹²¹.

No acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra 04 de outubro de 2005, afirmou-se que: “*O M.P., em representação de menor credor de alimentos, tem interesse em agir quando demanda*

¹²⁰Crf. Ac. TRL 04/11/2008. Processo n.º 680972008-1 Relator: João Aveiro Pereira. O acórdão remete-nos para o momento a partir do qual o FGADM deve prestar alimentos, salientando que antes da sentença não existe qualquer obrigação de os prestar chamando a atenção para a diferença entre a prestação de alimentos fixada pelo Código Civil e pelo FGADM.

<http://www.dgsi.pt/jtrl.nsf/0/c2ac91ccce16b747802575280069e2a6?OpenDocument>

¹²¹Ac. TRL 08/11/2012. Processo n.º 1529/03.4TCLRS-A.L2-6 Relator: Aguiar Pereira. O TRL afirmou de forma explícita neste acórdão que o FGADM não abrange as prestações anteriores à decisão do tribunal, nem as prestações vencidas pelo devedor originário

<http://www.dgsi.pt/jtrl.nsf/33182fc732316039802565fa00497eec/1989c10514728fca80257ae7003e8fe0?OpenDocument>

os devedores subsidiários previstos no artigo 2009º do C, apesar do FGADM estar a pagar ao menor quantia que lhe foi fixada por incumprimento do devedor inicial.”¹²²

Nesse sentido, Clara Sottomayor defende que se as prestações vencidas fossem pagas pelo FGADM, a lei estaria a contribuir para que existissem fraudes e que os prestadores de alimentos deixassem de pagar a sua prestação na expectativa que o fundo paga as prestações vencidas.

Existe ainda um a *tese intermédia* que refere que devem ser pagas as prestações que se venceram a partir da notificação da decisão judicial, e as prestações vencidas a partir da data de entrada em juízo do incidente de incumprimento. A base desta corrente de entendimento prende-se com o facto de assim a criança não sair prejudicada, nem penalizada devido à incapacidade do devedor originário.

Esta tese defende que a prestação é devida desde o pedido ao FGADM, e que a criança não deve sair prejudicada em relação ao período em que não recebeu nenhum tipo de prestação, nem do devedor originário nem do fundo, em causa o princípio da igualdade do art. 13º nº 2 da CRP.

No nosso entendimento, a tese mais adequada, e a que melhor defende o superior interesse da criança, é a tese maximalista. Uma vez que é o menor quem carece de alimentos, deve o FGADM assumir todas as prestações alimentares em dívida. Nesta relação de prestador/credor existe uma parte mais frágil, que precisa de ver os seus interesses protegidos, é o menor. Na verdade, o FGADM vai assumir uma obrigação de alimentos em substituição do devedor originário que não tem condições de a fazer.

5. Cessação da Obrigac o do FGADM

O pagamento pelo FGADM cessa quando o menor atinja a maior idade, os 18 anos, ou quando ocorram alterac es das circunstâncias essenciais   concessão do FGADM.

Na verdade, os diplomas que consagram a garantia de alimentos devidos a menores não são aplicáveis a maiores como nos prova o art. 1.º n.º 2 da L-FGADM e o art. 9.º do DL-FGADM. Embora estes artigos não explicitem esta causa de cessac o de forma expressa, são interpretados maioritariamente no sentido de que a presta o cessa quando o menor atinja a maioridade, como

¹²²Cfr. Ac. TRC 04/10/2005. Processo n.º 1365/ 05. Relator: Rui Barreiros. Para  l m da discussão do interesse em agir por parte do Ministério Público e da necessidade da tutela jurídica, neste acórdão   colocada a questão do recurso ao devedor subsidiário, o FGADM. O FGADM não visa substituir a obrigac o do progenitor em prestar alimentos, antes visa garantir ao menor as presta es de alimentos em substitui o do pai/mãe.
<http://www.dgsi.pt/jtrc.nsf/c3fb530030ea1c61802568d9005cd5bb/8934b83e5a8891f6802570b600398c89?OpenDocument>

nos faz referência o acórdão o Tribunal da Relação de Évora datado de 20 de setembro de 2007. Aí se lê que, “...somos levados a concluir que, o citado art.º 9.º tem como fito outras situações de cessação da obrigação do Estado, que não a relativa ao menor atingir a maioridade - que aliás é de conhecimento oficioso do Tribunal - a cessação da obrigação do FGADM deve ser decidida pelo Tribunal, reportando-se à data em que o beneficiário atingiu a maioridade (por analogia com o citado art.º 9º). Assim sendo, a obrigação do FGADM para com a beneficiária “A” cessou à data em que esta atingiu a maioridade, o que se decide.”¹²³

No nosso ponto de vista parece ser precipitado o limite da lei, uma vez que os jovens, credores de alimentos, quando atingem os 18 anos estão ainda em pleno processo de desenvolvimento.

O Estado justifica que o FGADM é um mecanismo social e que a partir da maioridade o jovem não se vai sentir desprotegido até porque existem outros meios de proporcionar aos jovens o acompanhamento devido até completar da sua formação profissional, usufruindo de bolsas de estudo, residências universitárias e cursos de formação subsidiados, etc.¹²⁴

Outra forma de ver cessada as prestações por parte do FGADM verifica-se quando não se cumprem os requisitos necessários. Decorrido um ano desde a data em que foi concedida a primeira prestação por parte do FGADM, o representante do menor deve provar que as circunstâncias se mantêm, de modo a que sejam preenchidos os requisitos da concessão. No caso desta prova não se efetuar o Tribunal notifica o representante do menor para que no prazo de 10 dias proceda ao respetivo procedimento, caso não o faça, a prestação cessa (art. 9.º n.º 5, DL-FGADM).

Também no caso em que o progenitor/a adquira novas condições económicas e recomeça o pagamento da prestação de alimentos, cessa a intervenção do FGADM. É certo que o FGADM não tem conhecimento quando é que o progenitor/a retoma os pagamentos. É dever do representante do menor informar ao Tribunal e ao FGADM do sucedido (art. 9.º n.º 2, DL-FGADM).

¹²³Cfr. Ac. TRE 20/09/2007. Processo n.º 2038/07-3 Relator: Silva Rato. O FGADM cessou as suas prestações quando a menor atingiu a maioridade, até porque se não houver motivos para fazer cessar o FGADM apenas cessa a quando da maioridade.

<http://www.dgsi.pt/jtre.nsf/134973db04f39bf2802579bf005f080b/2f3f27373afa703280257de100574be8?OpenDocument>

¹²⁴MARIA CLARA SOTTOMAYOR, *Regulação do Exercício das Responsabilidades Parentais*, ..., cit., p. 391.

Capítulo VI - Reflexões Conclusivas

Devido à crise socioeconómica que o país atravessa, muitos progenitores perderam os seus trabalhos e deixaram de conseguir cumprir as suas responsabilidades parentais, nomeadamente com o pagamento da prestação de alimentos aos seus filhos menores. Num tal contexto, a garantia do cumprimento da obrigação de alimentos a filho menores ganhou, por isso, uma relevância particular.

A abordagem dos alimentos gravídicos foi essencial para perceber desde quando são devidos os alimentos e saber em que medida deve o presumível pai contribuir para as despesas decorrentes do período de gravidez. Neste trabalho refletimos sobre este mecanismo e a sua necessidade no ordenamento jurídico português. Podemos concluir que nos parece precipitado exigir ao presumível pai alimentos antes do estabelecimento da paternidade.

O direito a alimentos é um direito fundamental do menor, decorrente do direito à vida, consagrado constitucionalmente no art. 24.º da CRP. Baseado no princípio da solidariedade familiar, ambos os progenitores detêm o poder-dever de contribuir, em igual medida, para o sustento dos filhos (art. 1874.º n.º2 do CC).

A obrigação da prestação de alimentos é uma prestação pecuniária, paga mensalmente, que tem como objetivo contribuir para o sustento dos filhos: educação, saúde, vestuário, bem-estar e todas as despesas da vida corrente.

Nas observações dirigidas à obrigação de alimentos devidos a menores, não podíamos deixar de referir a obrigação de pagamento da prestação depois da maioridade dos filhos que ainda não tenham completado a sua formação profissional (art. 1905.º do CC).

O legislador atento às novas realidades tem acompanhado o direito dos menores tendo sempre em conta a criação de mecanismos de moda a garantir a salvaguarda do *superior interesse da criança*.

Quando os progenitores não podem assegurar a obrigação de alimentos, cabe ao Estado fazê-lo, desta feita a criação do FGADM, assumindo uma prestação subsidiária em relação à prestação do prestador originário. No presente trabalho abordamos questões de relevante interesse respeitantes ao fundo. Analisamos acórdãos e jurisprudência com diferentes posições relativamente a questões que se predem com o limite quantitativo da prestação, o momento da obrigação de prestação e a cessação da obrigação do FGADM.

No nosso ponto de vista, o FGADM deve assumir um valor adequado às necessidades de cada menor, que poderá ser inferior, igual ou superior ao originalmente fixado. O FGADM deve ainda assumir todas as prestações que não foram pagas pelo prestador originário.

Lista de referências bibliográficas:

ALBUQUERQUE, CATARINA DE: “Os Direitos da Criança em Portugal e no Mundo Globalizado - O Princípio do Interesse Superior da Criança, *Direitos das Crianças*”, *Ius Gentium Conimbrigae*, Faculdade de Direito de Coimbra, Coimbra Editora, 2004, pp. 40 e ss.

ALMEIDA, SUSANA: *O Respeito Pela Vida (Privada E) Familiar Na Jurisprudência Do Tribunal Europeu Dos Direitos Do Homem: A Tutela Das Novas Formas De Família*, Coimbra Editora, 2008.

ANDRADE, VIEIRA DE: *Os Direitos Fundamentais na Constituição Portuguesa de 1976*, 5ª Ed., Local, Editora Almedina, 2012.

BOLEIRO, HELENA e GUERRA, PAULO: “A Criança e a Família – uma questão de direito (s), *Visão Prática dos Principais Institutos do Direito da Família*”, 2ª Ed, Coimbra Editora, 2014.

CAMPOS, DIOGO LEITE DE e CAMPOS, MÓNICA MARTINEZ DE: *Comunidade Familiar*, in *Textos de Direito da Família para Francisco Pereira Coelho*, e com a coordenação de Guilherme de Oliveira, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2016, pp. 10 e ss.

CANOTILHO, J.J. GOMES: *Direito Constitucional e a Teoria da Constituição*, 7ª Ed, Editora Almedina, 2003.

CARVALHO, FILIPA DANIELA RAMOS DE: *(Síndrome De) Alienação Parental e o Exercício Das Responsabilidades Parentais: Algumas Considerações*, Coimbra Editora, 1ª Ed., 2011.

COSTA, EVA DIAS, e CAMPOS, MÓNICA MARTÍNEZ DE CAMPOS, “A Proteção Ao Nascimento Na Constituição, Na Legislação Ordinária E Na Moderna Jurisprudência Portuguesa e Brasileira – Análise Comparativa”, *Cadernos de Direito Actual*, n.º 3, 2005, pp. 117 e ss.

COSTA, MÁRIO JÚLIO DE ALMEIDA: *Direito das Obrigações*, 12ª Ed. Revista e Atualizada, Almedina Editora, 2016.

COELHO, FRANCISCO PEREIRA, e OLIVEIRA, GUILHERME:

- *Curso de Direito da Família*, Volume I, Coimbra, Coimbra Editora, 2016.
- *Curso de Direito da Família*, Volume II, Tomo I, Coimbra, 5ª Ed., Coimbra Editora, 2008.

CORDEIRO, ANTÓNIO MENEZES: *Tratado do Direito Civil Português I*, Reimpressão 4ª Ed., Almedina Editora, 2012.

DIAS, CRISTINA: “A Criança como Sujeito de Direitos e o Poder de Correção”, in *Julgar*, 4, Janeiro – Abril, 2008, pp. 90 e ss.

DIAS, MARIA BERENICE: *Manual de Direito das Famílias*, 9ª Ed., Editora Thomson Reuters Revista dos Tribunais, 2015.

GONZÁLEZ, JOSÉ ALBERTO: *Código Civil Anotado*, Volume I, Parte Geral (artigos 1.º a 396.º), Quid Juris Sociedade Editora, 2011.

HÖRSTER, HEINRICH EWALD: *A Parte Geral do Código Civil Português*, Teoria Geral Do Direito Civil, Editora Almedina, 2007.

LEAL, ANA: *Guia Prático da Obrigação de Alimentos*, Almedina Editora, 2ª Ed., 2014.

MARQUES, J. P. REMÉDIO: *Algumas Notas Sobre Alimentos (Devidos a Menores)*, 2ª Ed., Coimbra Editora, 2007.

MARTINS, ROSA:

- “As Responsabilidades Parentais no séc. XXI: a tensão entre o Direito de Proteção da Criança e a função educativa”, in *Lex Familiae, Revista Portuguesa de Direito da Família*, Ano 5, n.º 10, 2008, pp. 37 e ss.
- *Menoridade (In) Capacidade e Cuidado Parental*, Coimbra, Coimbra Editora, 2008.

MIRANDA, JORGE e MEDEIROS, RUI: *Constituição Portuguesa Anotada*, Tomo I, Introdução Geral Preâmbulo, Artigos 1.º a 79.º, Coimbra Editora, 2005.

NETO, ABÍLIO: *Código Civil Anotado*, 18ª Ed., Lisboa, Ediforum Edições Jurídicas lda, 2013.

OLIVEIRA, MARIA AURORA VIEIRA DE: *Alimentos Devidos a Menores*, Dissertação apresentada à Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra no âmbito do 2º Ciclo de

Estudos em Direito (conducente ao grau de Mestre), na área de Ciências Jurídico-Forenses, Coimbra, 2015.

PEREIRA, AGNALDO RODRIGUES: *Alimentos Gravídicos À Luz Das Legislações Brasileira E Portuguesa*, 1ª Ed., Chiado Editora, 2014.

PINHEIRO, JORGE DUARTE:

- “A Tutela da Personalidade da Criança na Relação com os Pais”, in *Scientia Iuridica*, Tomo LXIV, 2015, n.º 338, pp 249 e ss.
- *O Direito da Família Contemporâneo*, 4ª Ed., Lisboa, AAFDL Editora, 2015.

PINTO, MANUEL LOPES MADEIRA: “Fixação da Pensão de Alimentos a Menores”, in *Lex Familiae, Revista Portuguesa de Direito da Família*, Centro de Direito da Família, Coimbra Editora, Ano 6 – n.º 11 – 2009, pp. 71 e ss.

PIRES, LUÍS MIGUEL SIMÕES LUCAS: “Os Aspectos Processuais e as Garantias do Direito a Alimentos”, in *Lex Familiae, Revista de Direito Portuguesa, Centro de Direito da Família*, Coimbra Editora, Ano 1 – n.º 2 – 2004, pp. 43 e ss.

ROCHA, ANTÓNIO COELHO DA: *Instituições de Direito Civil Portuguez*, Tomo II, 6ª Ed., 1886.

RODRIGUES, ANABELA MIRANDA: “O Superior Interesse a Criança”, in *Estudos em Homenagem a Rui Epifânio*, Editora Almedina, 2010, pp. 35 e ss.

RODRIGUES, HUGO MANUEL LEITE: *Questões de Particular Importância no Exercício das Responsabilidades Parentais*, 1ª Ed., Coimbra Editora, 2011.

SÁ, EDUARDO: “O poder paternal”, *Volume Comemorativo dos 10 anos do curso de pós-Graduação Proteção de Menores – Prof. Doutor F. M. Pereira Coelho*, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, Centro de Direito da Família, Coimbra Editora, 2008, pp. 69 e ss.

SANTOS, EDUARDO DOS: *Direito da Família*, Coimbra, Almedina Editora, 1999.

SOTTOMAYOR, MARIA CLARA: *Regulação do Exercício das Responsabilidades Parentais nos Casos de Divórcio*, 6ª Ed Revista Aumentada e Actualizada, Almedina Editora, 2014.

VASCONCELOS, PEDRO DIAS DE: “Teoria Geral do Direito Civil Relatório”, *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*, Coimbra Editora, Lisboa, 2000.

VVAA: *Comentário ao Código Civil, Parte Geral*, Universidade Católica Portuguesa Editora, 2014.

XAVIER, RITA LOBO: As Responsabilidades Parentais no séc. XXI”, in *Lex Familiae, Revista Portuguesa de Direito da Família*, Ano 5, n.º 10, 2008, pp. 17 e ss.

Páginas da internet acedidas:

- <https://sociologico.revues.org/414>
- http://www.segsocial.pt/documents/10152/35982/N54_fundo_garantia_pensao_alimentos_devidos_menores/7039206f-547a-40dd-8aa8-397eda04e821

Jurisprudência:

Supremo Tribunal de Justiça:

- Ac. STJ 13/11/2014. Processo n.º 415/12.1TBVV-A.E1.S1. Relator: Ana Paula Boularot, in www.dgsi.pt. Última verificação: 01/07/2017.
- Ac. STJ 03/04/2014. Processo n.º 436/07.6TBVRL.P1.S1 Relator: Álvaro Rodrigues, in www.dgsi.pt. Última verificação: 01/07/2017.
- Ac. STJ 19/05/2011. Processo n.º 648/08.5TBEPS.G1.S1. Relator: Sérgio Poças, in www.dgsi.pt. Última verificação: 01/07/2017.
- Ac. STJ 07/04/2011. Processo n.º 9420-06.6TBCSC.L1.S1 Relator: Lopes do Rego, in www.dgsi.pt. Última verificação: 01/07/2017.
- Ac. Uniformizador de jurisprudência do STJ 05/08/2009, processo n.º 12/2009, in www.dgsi.pt. Última verificação: 01/07/2017.
- Ac. STJ 09/10/2008. Processo n.º 07B4692. Relator: Bettencourt de Faria, in www.dgsi.pt. Última verificação: 01/07/2017.
- Ac. STJ 22/05/2003. Processo n.º 03B1378 Relator: Ferreira Girão, in www.dgsi.pt. Última verificação: 01/07/2017.

Tribunal da Relação de Coimbra:

- Ac. TRC 15/11/2016. Processo n.º 962/14.0TBLRA.C1. Relator: Jorge Arcanjo, in www.dgsi.pt. Última verificação: 01/07/2017.
- TRC 11/02/2014. Processo n.º 1184/06.0TBCVL-B.C1 Relator: Luís Cravo, in www.dgsi.pt. Última verificação: 01/07/2017.

- Ac. TRC 29/01/2013. Processo n.º 457/04.9TBANS.C1. Relatora: Sílvia Pires, in www.dgsi.pt. Última verificação: 01/07/2017.
- TRC 29/09/2010. Processo n.º 462706.2TATMR.C2. Relator: Eduardo Martins, in www.dgsi.pt. Última verificação: 01/07/2017.
- TRC 06/06/2006. Processo n.º 419/06 Relator: Virgílio Mateus, in www.dgsi.pt. Última verificação: 01/07/2017.
- Ac. TRC 04/10/2005. Processo n.º 1365/ 05. Relator: Rui Barreiros, in www.dgsi.pt. Última verificação: 01/07/2017.
- Ac. TRC 16/03/2004. Processo n.º 38/04. Relator: António Piçarra, in www.dgsi.pt. Última verificação: 01/07/2017.

Tribunal da Relação de Évora:

- TRE 09/03/2017. Processo n.º 26/12.1TBPTG-D.E.1. Relatora: Albertina Cardoso, in www.dgsi.pt. Última verificação: 01/07/2017.
- Ac. TRE 27/03/2014. Processo n.º 36-F/2000.E.1. Relator: Acácio Neves, in www.dgsi.pt. Última verificação: 01/07/2017.
- Ac. TRE 20/09/2007. Processo n.º 2038/07-3 Relator: Silva Rato, in www.dgsi.pt. Última verificação: 01/07/2017.

Tribunal da Relação de Guimarães:

- Ac. TRG 17/12/2013. Processo n.º 987/03.1TBFLG-B.G1. Relator: Moisés Silva, in www.dgsi.pt. Última verificação: 01/07/2017.
- Ac. TRG 26/02/2008. Processo n.º 50031-B/2000.C1. Relator: Jaime Ferreira, in www.dgsi.pt. Última verificação: 01/07/2017.

Tribunal da Relação de Lisboa:

- Ac. TRL 15/12/2016. Processo n.º 25544/15.6T8SNT.L1-2. Relator: Jorge Leal, in www.dgsi.pt. Última verificação: 01/07/2017.
- Ac. TRL 03/03/2016. Processo n.º 450/10.4TMSTB.L1-2. Relator: Vaz Gomes, in www.dgsi.pt. Última verificação: 01/07/2017.

- Ac. TRL 30/03/2014. Processo n.º 850/07.7TMLSB-B.L1-6 Relator: Maria de Deus Correia, in www.dgsi.pt. Última verificação: 01/07/2017.
- Ac. TRL 08/11/2012. Processo n.º 1529/03.4TCLRS-A.L2-6 Relator: Aguiar Pereira, in www.dgsi.pt. Última verificação: 01/07/2017.
- Ac. TRL 28/06/2012. Processo n.º 33/12.4TBBRR.L1-8. Relator: Ana Luísa Geraldes, in www.dgsi.pt. Última verificação: 01/07/2017.
- Ac. TRL 08/03/2012. Processo n.º 287/10.0TMPDL.L1-6. Relator: Maria de Deus Correia, in www.dgsi.pt. Última verificação: 01/07/2017.
- Ac. TRL 07/12/2011. Processo n.º 1898/10.0TMLSB.L1-2. Relator: Pedro Martins, in www.dgsi.pt. Última verificação: 01/07/2017.
- Ac. TRL 14/09/2010. Processo n.º 34813/09.3T2SNT.L1-1. Relator: Pedro Brighton, in www.dgsi.pt. Última verificação: 01/07/2017.
- TRL 04/11/2008. Processo n.º 680972008-1 Relator: João Aveiro Pereira, in www.dgsi.pt. Última verificação: 01/07/2017.
- TRL de 13/12/2007, processo n.º 10407/2007-8, relator: Salazar Casanova, in www.dgsi.pt. Última verificação: 01/07/2017.

Tribunal da Relação do Porto:

- Ac. TRP 29/11/2016. Processo n.º 0636408. Relator: José Ferraz, in www.dgsi.pt. Última verificação: 01/07/2017.
- TRP 10/02/2016. Processo n.º 847/05.1TMPRT-C.P1. Relator: Vítor Amaral, in www.dgsi.pt. Última verificação: 01/07/2017.
- Ac. TRP 20/10/2014. Processo n.º 1617/13.9TMPRT-A.P1. Relator: Correia Pinto, in www.dgsi.pt. Última verificação: 01/07/2017.
- Ac. TRP 30/09/2014. Processo n.º 191/08.2TMMTS-D.P1. Relator: Maria Amália Santos, in www.dgsi.pt. Última verificação: 01/07/2017.
- Ac. TRP 24/09/2009. Processo n.º 2907/05.0TBPRD-A.P1. Relator: M. Pinto dos Santos, in www.dgsi.pt. Última verificação: 01/07/2017.